



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

NAIALA AMORIM DE OLIVEIRA

“JÁ ESTAVA CANSADA DE VIVER ÀS MARGENS DA VIDA”: reflexões sobre o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

**ILHÉUS – BAHIA
2018**

NAIALA AMORIM DE OLIVEIRA

“JÁ ESTAVA CANSADA DE VIVER ÀS MARGENS DA VIDA”: reflexões sobre o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Marcos Fagundes Oliveira

ILHÉUS – BAHIA
2018

NAIALA AMORIM DE OLIVEIRA

“JÁ ESTAVA CANSADA DE VIVER ÀS MARGENS DA VIDA”: reflexões sobre o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Ilhéus, BA, _____ de _____ de 2018.

Prof. Dr. Augusto Marcos Fagundes Oliveira
UESC/DFCH
(Orientador)

Profa. Ma. Eliuse Sousa Silva
UESC/DLA

Prof. Dr. Sandro Augusto Silva Ferreira
UFSB/IHAC

À minha mãe, Creuza Amorim de Oliveira;
À minha avó, Madalena Maria de Jesus;
Ao meu avô, José Amorim de Oliveira (em
memória). Com muito amor e gratidão!

AGRADECIMENTOS

À Rosânia Nascimento, amiga, parceira, por todas as trocas e aprendizados, pela humildade, pelo apoio incondicional, e por fazer me fazer entender o verdadeiro sentido do lema “Erguendo-nos enquanto subimos”.

À Joalisson Araujo, amigo, irmão, incentivador, confidente, tem a minha admiração, pela parceria que desde o início ultrapassa os muros da universidade, por ter me apoiado nos momentos mais angustiantes.

À Durval Fernandez Junior, meu companheiro, amigo e esteio na vida e na minha trajetória acadêmica, por se fazer presente mesmo quando está distante.

À meu professor e orientador Augusto Fagundes, por quem tenho enorme admiração, por ter me apresentado a biografia de Carolina em uma das suas empolgantes aulas de Antropologia, por acreditar nesse trabalho desde o início, pela amizade e pelos muitos ensinamentos que vão para além da academia.

À Helena Ribeiro, mulher a quem tenho uma enorme admiração, carinho e gratidão. Por uma amizade que se fortalece a cada dia, pelo apoio mesmo à distância.

Às minhas amigas e amigos: Juliana Castro amiga querida a quem eu divido todos os momentos, comemora comigo cada conquista e pelo encorajamento; Laura Ferreira a quem tenho um imenso carinho e gratidão; Manoelle Lopes pela parceria na graduação e na vida, por ter me presenteado com o livro Diário de Bitita; Érika Teixeira pela amizade e apoio sempre; Thaiara Santos pelas trocas tão significativas, as conversas em momentos tão imprevisíveis e o apoio; Marcelo Bastos pelo carinho, atenção e estímulo; Alessandra Dias pela parceria e por compartilhar conhecimentos; José Oduque por ser uma inspiração, pelo carinho e incentivo.

À Adilsa Santana, vizinha, amiga, gratidão pelo incentivo, alegria, cuidados e carinhos oferecidos aos meus avós nos momentos mais importantes.

À Warney Oliveira, primo, irmão, amigo e parceiro de vida, grande incentivador nessa jornada.

Àos professores: Hélio Gama pelas contribuições e incentivo neste trabalho; Sandro Ferreira pelo estímulo, apoio e por ser uma referência como educador.

À todos os meus familiares pelo incentivo e carinho.

À Deus, sobretudo.

Eu que sou uma negra intelectual também
perdi as minhas origens [...]. Eu como mulher
negra tenho o poder para afirmar que
a pele branca não representa nada para
mim. Porque como todos negros eu tenho
minha beleza, minha força e meu saber.

Mas eu também dou minha vida pelo
branco, me dou, dou a minha cultura, o
meu saber. Eu sou suficientemente forte
para querer o branco comigo enquanto ele
não estiver contra mim.

Beatriz Nascimento

“JÁ ESTAVA CANSADA DE VIVER ÀS MARGENS DA VIDA”: reflexões sobre o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

RESUMO

O presente trabalho visa compreender como a categoria racismo é expressa no livro Diário de Bitita escrito por Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre e semianalfabeta que enfrentou situações de pobreza e discriminação racial mas ainda assim consegue firmar um legado icônico para a literatura, o movimento negro e as Ciências Sociais. Para tanto, foi necessário um estudo bibliográfico de caráter qualitativo através da análise de conteúdo baseada em autores como Beatriz Nascimento, Angela Davis, João Filipe Marques, Antônio Sergio Guimarães, Frantz Fanon e Kabengele Munanga, de modo a identificar e categorizar palavras que remetam a questões raciais, tendo sido situadas no contexto em que estão e o que evocam. Traz discussões acerca do conceito de racismo em suas diversas facetas, inclusive institucionais. Teoriza sobre a obra caroliniana integrar a chamada literatura negra e estabelece reflexões se o conjunto de textos desta autora faz ou não parte do cânone literário. Aponta nexos entre os escritos e a biografia da literata enquanto os situa no tempo e no espaço. Por fim, analisa excertos do livro ao passo que tece comentários e conclui que o conceito de racismo é uma marca determinante na obra escolhida, visto que a escritora denuncia atitudes racistas na sociedade brasileira através não só de sua produção como também de suas vivências.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Mulher. Escravidão. Literatura feminina negra. Racismo.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	“QUEM É CULTO NÃO ESCRAVIZA E OS QUE SÃO CULTOS NÃO ACEITAM O JUGO DA ESCRAVIDÃO”: PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	10
2.1.	Raça e racismo: marco teórico	10
2.2.	Literatura Negra: um enredo do porvir ou uma “poética da nossa afro-brasilidade”	18
2.3.	Caminho Metodológico	24
3.	DIÁRIO DE BITITA NA VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E A VIDA DE CAROLINA NO DIÁRIO DE BITITA	27
3.1.	“Eu não entrei no mundo pela sala de visitas. Entrei pelo quintal”: refletindo o percurso de Carolina Maria de Jesus	27z
3.1.1.	“O que tem de ser, já nasce”: a menina Bitita em Minas Gerais	28
3.1.2.	“Todos tem um ideal que é o combustível da alma”: a trajetória de Carolina em São Paulo	30
3.2.	Ambiência da obra: de Um Brasil para os brasileiros ao Diário de Bitita	34
4.	“O QUE PREOCUPAVA ERA A INFELICIDADE DOS PRETOS”: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO A PARTIR DE CAROLINA MARIA DE JESUS	38
4.1.	Categorias analíticas	38
4.2.	Desdobramentos da escrita: temas manifestos em Diário de Bitita	44
4.2.1.	Educação	44
4.2.2.	Trabalho na terra	46
4.2.3.	Violência policial	48
4.2.4.	Relações inter-raciais	50
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6.	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, vem se ampliando os debates sobre as relações étnico-raciais, os quais partem de uma urgente necessidade de rompimento com ideias e práticas racistas que são historicamente presentes no país. A trajetória da brasileira Carolina Maria de Jesus e a sua obra dialogam com essa problemática por ela ter sido uma mulher negra que conseguiu, através da sua escrita, ser reconhecida mundialmente a partir da publicação de seu primeiro livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” em 1960.

O livro Diário de Bitita escrito por Carolina e publicado postumamente em 1982 na França, trata-se de um texto marcado pela memória e aborda, além das suas lembranças da infância e da passagem pra a fase adulta, elementos importantes sobre sua interpretação das situações históricas, sociais e culturais que vivenciava e que refletiam em seu percurso. Esse livro denota uma maturidade na escrita de Carolina por ser a sua última produção e se constituir numa autobiografia num período em que ela mesma havia caído no esquecimento em comparação ao alcance que teve nos anos pretéritos.

Carolina foi uma mulher negra, semianalfabeta, que teve uma vida difícil ao enfrentar situações de pobreza, fome e discriminação racial, o que leva ao seguinte questionamento: quais eram as percepções de Carolina sobre o racismo e de que maneira ela expressava isso através de seus textos? Dessa forma, partimos da hipótese de que o conceito racismo é uma marca determinante em sua obra “Diário de Bitita”, pois a escritora Carolina Maria de Jesus, através das suas memórias e trajetória, faz uma denúncia sobre o racismo na sociedade brasileira.

Este estudo tem como objetivo compreender como a categoria racismo é expressa na obra o Diário de Bitita. Para alcançar essa finalidade, foram localizados os vocábulos que exprimem o significado de racismo; posteriormente, conceitos de racismo foram identificados na trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus e analisada também a construção da rede de significados e significantes de racismo em sua escrita.

A importância desse trabalho se reflete em se tratar de um ícone para a literatura, o movimento feminista negro e o campo das Ciências Sociais. A produção de Carolina Maria de Jesus pode ser considerada uma enriquecedora fonte de pesquisa no que se refere ao peso de uma voz subalternizada e por vezes silenciada,

que rompeu com obstáculos e conquistou reconhecimento, tendo dado, deste modo, visibilidade a uma humanidade invisível e expropriada. Estudar suas obras se torna pertinente sobretudo nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia por se tratar de um tema pouco explorado na produção científica dessas áreas. Além disso, essa pesquisa poderá subsidiar outros trabalhos científicos e assim proporcionar mais visibilidade às obras de Carolina que nos levam, ainda nos dias atuais, a pensar nossa complexa realidade brasileira no que tange a suas contradições e desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Essa pesquisa se constituiu por um estudo bibliográfico e o método utilizado foi análise de conteúdo, ideal para esse tipo de pesquisa qualitativa; buscou-se com ele identificar e categorizar palavras que remetessem a questões raciais considerando os ambientes onde estão as palavras e o que elas evocam. Para tanto, o primeiro passo foi um levantamento dos termos que remetem ao racismo, buscando seus significantes e significados presentes em Diário de Bitita. Em seguida, uma listagem dessas palavras e também da composição de sentido em torno delas foi feita, para só então proceder à classificação e ao ordenamento das categorias analíticas. Por fim, a análise desse conteúdo foi feita com base no corpo teórico que baseia esse estudo, sendo os principais autores Beatriz Nascimento, Angela Davis, João Filipe Marques, Antônio Sergio Guimarães, Frantz Fanon e Kabengele Munanga.

A investigação é estruturada em três capítulos: 1) “Quem é culto não escraviza e os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão”: Procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa, o qual é a parte basilar deste estudo e está subdividido em: Raça e racismo; Literatura negra; Metodologia. 2) Diário de Bitita na vida de Carolina Maria de Jesus e a vida de Carolina no Diário de Bitita; neste será apresentada a trajetória da escritora e a ambiência da obra 3) “O que preocupava era a infelicidade dos pretos”: Reflexões sobre o racismo: uma aproximação a partir de Carolina Maria de Jesus, neste se apresenta as discussões e resultados da análise do livro.

2 “QUEM É CULTO NÃO ESCRAVIZA E OS QUE SÃO CULTOS NÃO ACEITAM O JUGO DA ESCRAVIDÃO”: PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Raça e racismo: marco teórico

Para conceituar racismo e promover uma reflexão sobre os seus desdobramentos na sociedade brasileira se faz necessário retomar raça enquanto categoria analítica. Primordialmente, está comprovado pela Biologia que as raças humanas inexistem. Assim, todos os seres humanos, mesmo sendo os mais diversos, pertencem a uma única natureza. Por outro lado, para as Ciências Sociais, a raça é construída social e culturalmente, portanto, não há como descartá-la enquanto dela derivarem as múltiplas e complexas práticas racistas.

Esse posicionamento advindo das Ciências Humanas está atrelado a uma reflexão crítica sobre o que foi defendido com afinco pelo próprio discurso científico nos séculos XVIII e XIX: se acreditou, por muito tempo, que haviam múltiplas raças humanas por conta das diferenças notáveis entre povos e o que determinava esses contrastes era algo dado biologicamente; isto serviu como pretexto para que grupos pudessem subjugar, explorar e até exterminar outros simplesmente por concebê-los como inferiores, tendo como aliado o respaldo da Ciência.

As diferenças físicas e culturais entre povos, que são naturais, se tornaram problemáticas no momento em que foram utilizadas para hierarquizar e classificar grupos, colocando em jogo quem seria digno de humanidade e quem não. Nas palavras do antropólogo Kabengele Munanga¹, raça seria a mãe e o racismo o filho, apesar de terem matado a mãe o filho continua vivo. Essa metáfora serve para compreendermos a importância de se considerar o processo histórico que resultou no *standard* social da contemporaneidade, bem como as possíveis explicações do porquê as ideologias racistas persistem ignorando o fato de que, biologicamente, as raças não existem. Não há como desprezar as consequências de fatos perversos como a escravidão, o nazismo e a colonização que foram embasados pelo racismo.

¹ Segundo informações colhidas na Aula Pública ministrada por Kabengele Munanga e Vilma Reis com o tema "Que diferença a escola faz?", no dia 16 de novembro de 2016, como parte da programação da IV Semana de Consciência Negra e I Novembro Negro Interinstitucional Tecendo Redes e Saberes, realizado pelo Instituto Federal da Bahia - IFBA, campus Ilhéus, em 16 e 17 de novembro de 2016.

O surgimento do conceito “raça” advém das ciências naturais, em que foi empregado para categorizar espécies de plantas e animais. Por volta do século XVII, é que começou a ser usado para descrever a diversidade de povos caracterizados pelas diferenças físicas, e assim agrupá-los em raças. Antes disso, no período medieval, o conceito de raça era empregado para se referir a uma linhagem, à ascendência: ou seja, os nobres se colocavam como biologicamente diferentes dos plebeus (MUNANGA, 2013).

A Teologia, por muito tempo, fundamentou a classificação de pessoas a partir da raça com base nos seus preceitos religiosos. Desse modo, “para aceitar a humanidade dos ‘outros’, era preciso provar que são também descendentes de Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens como representantes das três raças” (MUNANGA, 2013, p. 2). Apesar de não fazer parte do mito, conseguiram justificar através da Bíblia que os índios também possuíam a mesma descendência.

A partir dos elementos reforçados pela ciência positiva e determinista conjuntamente ao monogenismo da religião, podemos considerar que o conceito raça historicamente esteve atrelado a interesses de grupos hegemônicos em se posicionar com superioridade em relação a outros com o objetivo de dominar, deixando evidente o poder que perpassaram essas relações. Tanto que nesses meandros hierarquizantes diante da ideia de raça os brancos europeus é que obtiveram vantagens neste processo. Entende-se que foi através da cor da pele e de alguns traços físicos que a racialização se expandiu:

É, naturalmente, o corpo que fornece os critérios para a nova divisão da humanidade. A cor da pele, antes de mais nada, mas também o formato do rosto, dos dentes, dos olhos e do cabelo são caracteres de maior visibilidade, acessibilidade e exotismo que associados à distribuição geográfica, vão permitir a sua descrição e classificação. (MARQUES, 1996, p. 41)

Por volta do século XIX somaram-se outros parâmetros: dessa vez os morfológicos como “forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc.” (MUNANGA, 2013, p. 3). O plano racista foi construído de modo que não eram apenas as características físicas que determinavam quem era superior ou inferior, houve uma expressiva associação entre o biológico e o cultural – padrões morais, psicológicos e intelectuais – assim tornou-se comum atrelar aos negros características como a indolência, a preguiça, a ignorância, em contrapartida ao

homem branco a quem cabia as melhores qualidades, visto sempre como trabalhador, honesto, culto.

Posteriormente, no século XX, as pesquisas na área da genética humana trouxeram descobertas indispensáveis a respeito das raças, as quais colocaram em xeque todo o conhecimento que havia sido erigido pela própria ciência moderna:

[...] Recentemente, porém, os avanços da genética molecular e o sequenciamento do genoma humano permitiram um exame detalhado da correlação entre a variação genômica humana, a ancestralidade biogeográfica e a aparência física das pessoas, e mostraram que os rótulos previamente usados para distinguir “raças” não têm significado biológico. Pode parecer fácil distinguir fenotipicamente um europeu de um africano ou de um asiático, mas tal facilidade desaparece completamente quando procuramos evidências dessas diferenças raciais no genoma das pessoas. (PENA; BIRCHAL, 2005 p. 2)

Com essa constatação da Biologia, campo em que o conceito raça foi refutado, levantou-se uma série de discussões importantes, pois mesmo concordando que as raças não existem era necessário discutir o racismo que ainda persistia fundamentado na ideia de raça anteriormente posta e contestada. Dessa forma as Ciências Sociais têm direcionado seus estudos sobre o racismo, levando em consideração a “raça social”. Pois, se para um biólogo a raça não existe, ela ainda está presente “no imaginário e na representação de diversas populações contemporâneas” (MUNANGA, 2013 p. 4). As também chamadas “raças fictícias” ainda encontram fundamentos na cor da pele e nos traços morfológicos, e é em virtude disso que o racismo até esse momento se desenvolve na sociedade.

O conceito “raça” perpassa por uma variedade semântica. Enquanto uns ressaltam que o conceito se tornou inoperante, outros o tem ressignificado: exemplo disso são os grupos que, historicamente prejudicados pela teoria racista que os designava a um *locus* social de subalternidade, tem se utilizado da “raça” atualmente enquanto instrumento reivindicatório de reparação e justiça social. O próprio refazimento da identidade negra perpassa por esse ato de releitura da raça, a ser usada agora como mecanismo de autoafirmação, que é o que tem fomentado o movimento negro, sobretudo no Brasil.

Para o sociólogo brasileiro Antônio Sergio Alfredo Guimarães, que realiza estudos sobre o racismo no Brasil, identidade e desigualdade raciais, podemos definir raças dentro da área sociológica como “os discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue” (2003, p. 96). Essa perspectiva

de raça enquanto produção discursiva trazida por Guimarães converge com a análise sobre o racismo que faremos a seguir.

O racismo enquanto conceito surge tardiamente, apenas nas primeiras décadas do século XX. No entanto, sua prática na realidade social é muito mais antiga, se mostra passível de várias interpretações, bem como é inegável a sua correlação com o conceito de raça previamente estabelecido. Assim, o racismo é “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2013, p. 5). Já segundo Santos (1984, p. 11), “o racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros”.

Por outro lado, há autores que chamam a atenção para a complexidade do conceito, como é o caso de Marques que apresenta algumas possíveis definições; a primeira é mais ampla e aponta que “o racismo pode ser definido como a presença da ideia de que existe uma ligação entre os atributos, ou o patrimônio – físico, genético ou biológico – de um indivíduo ou de um grupo e as suas características intelectuais ou morais” (1996, p. 47). A segunda definição resulta da posição do historiador americano Georges Fredikson e complementa a anterior, onde o racismo seria delimitado

pela reivindicação ou a pretensão de um grupo a um estatuto mais elevado do que o dos membros de outros grupos, concebidos como física ou geneticamente diferentes de si; como um sentimento identitário que incita os beneficiários a defender-se ou a proteger a sua situação quando a creem ameaçada (MARQUES, 1996, p. 47).

Essas concepções estão atreladas direta ou indiretamente ao conceito moderno de raça; foi essa construção ideológica que forneceu as bases para que o racismo pudesse se desenvolver e gerar consequências desastrosas para as sociedades, principalmente as que passaram por longos processos de escravização. Casos como a segregação racial nos Estados Unidos do século XIX, onde o racismo foi institucionalizado pelo Estado, bem como na África do Sul onde o *apartheid* perdurou por mais de quarenta anos, e o holocausto na Alemanha onde milhões de pessoas foram mortas entre elas judeus pelo nazismo, que também foi legitimado pelo Estado. Nesse ponto o que vigora é a negação do Outro, no qual a Diferença é posta ou imposta enquanto desigualdade, ou mesmo negação, anti-humanidade.

Sobre esse aspecto, os estudos realizados por franceses indicam que o racismo pode ocorrer de duas maneiras, e que estas podem complementar-se em

algum momento. A primeira é uma “lógica de inferiorização ou desigualitária”, em que as pessoas racializadas são permitidas na sociedade para que ocupem lugares subalternos e estejam sempre em situação vulnerável e desigual, havendo um sistema que busca justificar a dominação e exploração advinda sobre elas. A segunda, é uma “lógica de diferenciação ou diferencialista”, aparentemente mais perversa, pois enxerga as pessoas racializadas como um perigo eminente e por isso precisam ser expulsas ou exterminadas do convívio social (MARQUES, 1996).

Essas tipologias e concepções do racismo podem contribuir não apenas para o entendimento desse complexo fenômeno, mas também na formulação de estratégias para seu enfrentamento, como tem feito os movimentos negros em vários países. É importante notar que sem estes movimentos não teríamos a garantia – ainda que precária – de direitos basilares como os civis, políticos e sociais para as pessoas negras que, em muitos casos, possuem uma pseudo-cidadania, se comparada a das pessoas brancas e abastadas.

A maneira como o racismo foi incorporado na modernidade pelo corpo social ocidental certamente foi motivado por diversos interesses, inclusive o econômico, se considerarmos que o próprio sistema capitalista acaba se beneficiando dessa ideologia, até porque a desigualdade é um elemento fundamental para que esse modo de produção possa se sustentar. Desse modo, concorda-se com Guimarães (1999, p. 104) quando afirma que

o racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados). Esta doutrina justificava pelas diferenças raciais a desigualdade de posição social e de tratamento, a separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizadores e colonizados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num mesmo Estado nacional. Trata-se da doutrina racista que se expressou na biologia e no direito.

Ademais, o racismo tradicionalmente se ateve aos fundamentos racialistas enquanto que sua versão contemporânea se apresenta com uma nova roupagem, ancorada nas diferenças, nas culturas étnicas. Entretanto, essa aparente mudança maquia o fato de que as pessoas afetadas são as mesmas, os grupos étnicos recentes são tidos como as raças do passado (MUNANGA, 2013).

Nessa perspectiva, os meandros encontrados pela ideologia racista não tornam suas ações mais pacíficas, pelo contrário! Os efeitos do racismo são graves independente da forma como ele se manifesta. Sendo ele individual, aquele praticado por uma pessoa, ou o institucional que consiste nos mecanismos presentes nas instituições e na sociedade que impedem as pessoas negras de ocuparem espaços e superarem a situação de inferioridade a que estão submetidas (SCHUCMAN, 2012).

No que tange à realidade brasileira, essa nova face do racismo dificulta inclusive a aplicação da Lei n. 7.716 de 1989, que “criminaliza as ações de discriminação por raça, cor, religião” com penalidades de dois a cinco anos de reclusão. Apesar de uma legislação avançada, por ser um fenômeno complexo e, sobretudo, num país em que ainda vigora no imaginário coletivo a ideia de democracia racial, inúmeros casos de racismo muitas vezes ficam impunes, o que torna pertinente a ampla discussão sobre este tema e uma constante luta antirracista.

Para Guimarães (1999), o racismo atualmente se apresenta através de duas situações: a pobreza e a não-cidadania. Dessas, derivam quatro elementos: os direitos, a autoestima, a discriminação e os mecanismos formais e burocráticos. São através deles que são formadas e reproduzidas cada “situação de não-cidadania, a posição social de inferioridade e a situação econômica de subordinação” (p. 106).

Após as considerações feitas sobre o racismo, cabe ainda ressaltar as especificidades de como ele atua no corpo social, fazendo uma reflexão a partir das Ciências Sociais sobre a formação e constituição da sociedade brasileira, na qual a desigualdade entre negros e brancos é evidente e ao mesmo tempo existem várias tentativas de ignorar e mascarar esse fato.

O racismo direcionado às pessoas negras no Brasil inegavelmente é fundamentado pelos quase quatrocentos anos de escravidão, findados de maneira gradual por conta de pressões internacionais, também porque o sistema escravocrata em si mesmo vinha se deteriorando, sem esquecer de agenciamentos de sujeitos organizados aqui no Brasil e contrários à escravidão. Se levarmos em conta a falta de políticas compensatórias para este longo processo reificador de exploração, o lapso temporal é ainda maior, tendo em vista as condições desiguais a que grande parte dos descendentes de escravizados se encontram ainda nos dias atuais.

A formação da sociedade brasileira é marcada pelo processo de escravidão que foi formalmente encerrado em 1888. Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas foram raptadas e trazidas para este território por conta de sua força de

trabalho. O país que foi gestado no genocídio de povos indígenas, no sequestro, exploração, estupro e violência de pessoas negras, possui em sua gênese os conflitos raciais, ainda que muitas vezes estes sejam invisibilizados na ideia de que há uma harmonia entre os diversos povos que o constitui.

No que diz respeito às relações sociais no período posterior ao encerramento da escravidão, Pereira (2012, p. 5) afirma que havia “uma falsa relação amistosa entre brancos e negros e em nada neutralizou a supremacia de uma ideologia que persistia em destrutá-los e gerar novas formas de violências físicas, morais e psicológicas”. Com isso, o destino das pessoas antes escravizadas desenrolou-se em trabalhos informais, moradias em locais precários e suas vidas marcadas por violências.

Quando se trata de um multifacetado sistema de opressão como foi a escravatura, é preciso destacar que haviam diversas práticas de resistência por parte daqueles que eram subjugados. As pessoas que já resistiam durante o extenso processo de servidão, individual e coletivamente foram criando estratégias no período pós-abolição, como maneira de enfrentamento à exclusão social a qual estavam sendo submetidas.

Recorremos ao subsídio dado pela historiadora e também militante Beatriz Nascimento, que foi uma das pioneiras em travar o embate dentro da universidade para que os estudos sobre negros ultrapassassem a figura do escravo, pois a história dessas pessoas estava sempre reduzida à sua representação como submissas. Nesse sentido, sob o ponto de vista dos também militantes do movimento negro Abdias do Nascimento, Lélia Gonzáles e Joel Rufino dos Santos, o termo *quilombo* é revisitado, sendo percebido por eles como espaços de resistência no agora.

O reposicionamento do termo quilombo foi importante por denunciar a situação do negro no país. Essa palavra tem um sentido amplo e está imbricada por relações de tempo e espaço, pois “quilombo” representa mais do que simplesmente os locais de fuga das pessoas negras durante a escravidão. Este termo pode ampliar-se para os demais espaços onde negras e negros se reúnem e conseguem manter viva toda a sua herança cultural e também fortalecer as suas práticas de resistência na luta contra o racismo, seja ele institucionalizado ou não.

Beatriz Nascimento ressaltava ainda a importância de reconhecer a continuidade ao longo do tempo dos agrupamentos de pessoas negras que trazem características em comum, nas suas mais variadas formas. Assim, os terreiros de candomblé, os bailes nas favelas e o Carnaval podem ser lidos como quilombos.

Pelo fato de ter assumido a carga ideológica deste termo, ela era muito criticada na academia por aqueles que estavam confortáveis com a maneira com que os estudos eram tipicamente feitos; estudos esses que não ofereciam subsídios para o combate ao racismo, pois perpetuava-se uma romantização similar à que Gilberto Freyre fez ainda na década de 1930 no seu clássico livro *Casa grande e Senzala* (RATTS, 2006).

Vários foram os impedimentos criados para que as pessoas negras não fossem incluídas de fato em nossa sociedade, entre eles estão o acesso à terra e à educação. Em 1850 – mesmo ano de promulgação da Lei Eusébio de Queiróz – a Lei n. 601, posteriormente conhecida como Lei de Terras, trouxe a intenção de abolir, definitivamente, o regime de sesmarias que vigorava até aquele período; mas um de seus feitos mais notáveis foi o de estabelecer o regime de compra com pagamento exclusivamente em dinheiro como a única forma de transmissão de terras no Império. Naquele contexto, “isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade” (OLIVEIRA, 2005, p. 481).

Essa lei também foi um dos mecanismos destinados ao embranquecimento da população, quando oferece a oportunidade para que “os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz” pudessem ser naturalizados brasileiros.

Essa não foi a única legislação a alijar as pessoas negras. A própria redação da Lei Imperial n. 3.353 de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, não trouxe em seu texto políticas públicas que buscassem integrar o negro na sociedade, principalmente no tocante ao acesso à educação. Foi “declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil”, e nenhuma política de indenização, reparação, reconhecimento ou de inclusão foi realizada.

O reflexo desse acesso tardio à educação pode ser observado ainda hoje, se levarmos em conta que a taxa de analfabetização é maior entre pessoas negras no país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) entre os jovens de 15 anos ou mais, a taxa de pretos e pardos sem instrução é de 9,9% enquanto que de brancos é de 4,2%.

No Brasil, os obstáculos que impediam o ingresso de negros no âmbito educacional eram mais sutis em comparação ao que aconteceu no sul dos Estados Unidos onde, por muito tempo, houve uma proibição formal para que negros não pudessem frequentar a escola. Muitos aprendiam a ler na clandestinidade com

mulheres negras e brancas que repassavam seus conhecimentos aos demais às escondidas, durante a noite, ou criando escolas as quais eram alvos constantes de ataques de racistas (DAVIS, 2016).

O *racismo à brasileira* está relacionado à própria construção da identidade nacional, que foi forjada a partir da fábula das três raças (negros, brancos e índios) baseada na ideia da democracia racial. Esta ainda é reverberada no imaginário social, mesmo após décadas em que muitos intelectuais e o movimento negro alertam incessantemente para a farsa dessa ideologia, a qual se torna um sério empecilho para o combate ao racismo. A miscigenação e o tipo específico de preconceito racial que ocorre aqui favoreceram a falácia de que não há racismo no Brasil.

As desigualdades que afetam os negros neste país, que os colocam à margem social e os impedem de ter acesso pleno aos direitos básicos são fruto de um processo histórico que privilegiou brancos à custa da desumanização de negros. Portanto, temos que o racismo brasileiro “operou quase sempre, depois da escravidão, mediante mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e mecanismos de abuso verbal, utilizando-se principalmente do carisma de classe e de cor” (GUIMARÃES, 1999, p. 109).

Em suma, os elementos fundantes e que contribuem para que o racismo ecoe na coletividade brasileira serão retomados no terceiro capítulo, em que se procederá ao exame da obra o Diário de Bitita.

2.2 Literatura Negra: um enredo do porvir ou uma “poética da nossa afro-brasilidade”

Esta seção não foi pensada *a priori* para oferecer uma definição fechada sobre literatura negra, nem mesmo ambiciona ser legitimada por vozes hegemônicas que dizem atingir tal intento. Na literatura, há disputas por adjetivos que deem conta da complexidade do *corpus* literário tecido pela subjetividade amálgama à diáspora africana. Há quem relute pela designação literatura negra, afinal, literatura afro-brasileira seria comumente associada à África e ao Brasil, uma passagem aficionada à identidade brasileira.

Como postergado por homens doutos da academia, o termo literatura negra confirma um caráter sectário e fechado num único grupo, no entanto, o que julga ser literatura nacional até hoje é marcado pela presença hegemônica de homens brancos,

de meia-idade, oriundos do Sudeste, conforme os dados estatísticos apresentados por Dalcastagnè (2008)².

A escritora mineira, Conceição Evaristo (1996, 2009), é nossa convidada ilustre para discorrer sobre as divergências teóricas, estéticas e ideológicas acerca da dimensão política de se afirmar uma literatura negra no Brasil. Além de ser laureada como uma das mais importantes escritoras contemporâneas, Conceição Evaristo também é pesquisadora, como a mesma se auto-afirma em um artigo científico, resultado da sua dissertação de mestrado defendida em 1996, intitulada “Literatura Negra: uma poética da nossa afro-brasilidade”, que inspira o subtítulo desta seção.

A literatura negra de expressão feminina pensada nesta monografia não enseja emparedar a escrita das mulheres negras num apêndice marcado por uma lógica normáscula na dita literatura nacional, e interpretada por intelectuais das ciências sociais como objeto biográfico e etnográfico. Autoras negras dificilmente são incorporadas ao cânone literário brasileiro, e se sua presença ali se insere, é como objeto, corpo abjeto que margeia os enredos escritos por literatos, complacentes com o epistemicídio das escritoras negras.

Mulheres negras enfrentam desafios de tornar públicos seus escritos e, quando atingem o catálogo editorial, são interceptadas por jornalistas ou outros agentes midiáticos, como Audálio Dantas fizera com Carolina Maria de Jesus, ou elas mesmas têm de forjar estratégias para publicar fora deste círculo, como fizera Conceição Evaristo ao apresentar sua produção em prosa e poesia nos “Cadernos Negros”, editados pelo grupo “Quilombhoje”. E ainda conforme Conceição Evaristo (2014), “Quarto de Despejo” é a maior confirmação de que uma mulher negra pode e tem direito à escrita.

Ela não é a primeira escritora, porque antes também já tivemos outras, como Maria Firmina dos Reis, que escreveu “Úrsula”, Auta de Sousa. Mas, Carolina é uma figura central na briga contra uma concepção limitada de literatura. Sabemos muito bem da dificuldade para que textos de autoria negra passem pelo crivo acadêmico de merecer pesquisa, de merecer crítica literária (EVARISTO, 2014, p. 107).

² Como destacado pela própria autora, trabalhar com estatísticas na literatura é algo ainda pouco usual, pois sempre se preconizou o árduo trabalho qualitativo, no entanto, como nos seus próprios dizeres: “Se alguém diz que os negros estão ausentes do romance brasileiro contemporâneo, outra pessoa pode enumerar dezenas de exemplos que contradizem a afirmação. **Mas verificar que 80% das personagens são brancas mostra um viés que, no mínimo, merece investigação.**” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 88, grifo nosso).

Na VI edição do Festival Latinidades, ocorrido em Brasília no ano de 2013, a escritora mineira Conceição Evaristo afirmou: “para a mulher negra, escrever e publicar é também um ato político”. A escritora continua, “quando a escrita é pessoal, a mulher negra está assumindo o direito de ser representada” (EVARISTO, 2014, p. 104). Foi o que fizera Carolina Maria de Jesus ao longo da sua jornada literária. Diante da digressão apresentada, fica tangível quais são as dificuldades impostas às autoras negras, corroboradas pela própria trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus, e também por Conceição Evaristo.

A discussão perpetrada por Conceição Evaristo (1996) no âmbito da sua dissertação de mestrado, aqui é tomada como nossa escolha teórica pois, em suma, as análises sobre literatura negra no Brasil têm tomado apenas o *corpus* literário negro como material para ser dissecado por teóricos e críticos literários acadêmicos e brancos, como se a exegese realizada durante entre as décadas de 1980 e 1990, nos trabalhos desenvolvidos por acadêmicos e escritores negros, não fossem suficientemente relevantes para debater o arcabouço teórico e metodológico da literatura contemporânea.

Destarte, não se tem o interesse de esgotar a discussão do marco fundador do elemento negro na literatura brasileira, já exaustivamente analisado por críticos literários que sempre mantiveram distância daquilo que nomearam como sendo o *objeto* ficcional da literatura. Também não há como eleger uma primeira voz entre os vários ensaístas, poetas e romancistas negros brasileiros, como, por exemplo, Machado de Assis, Cruz e Souza, Lima Barreto e Maria Firmina dos Reis, muitos na sua época foram atravessados pelos discursos do embranquecimento e da eugenia no Brasil, ou ainda, foram relegados à figura do *mulato*, como constructo de uma identidade nacional.

O que atualmente, é chamado de literatura negra diz respeito a produção, circulação realizada na contemporaneidade no âmbito dos Cadernos Negros, como afirma a própria Conceição Evaristo (1996), com isso não se assinala o silenciamento dos antecessores, como os citados pela autora, como, por exemplo, “Belsiva, Lino Guedes, Eduardo Oliveira, Anajá Caetano, Carolina Maria de Jesus, Abdias do Nascimento, Oswaldo de Camargo, Aline França, Salgado Maranhão, Jônatas da Conceição” (EVARISTO, 1996, p. 8).

Várias obras têm sido organizadas no âmbito da literatura comparada e pela crítica literária. A mais recente sobre literatura afro-brasileira, como preconizado pelos

organizadores, se dedicam à análise do *corpus* literário tecido pela mineira Conceição Evaristo em “Escrevivências...” (2016), é um livro que por vezes classifica a escrita evaristiana como “inconsciente animista”, “literatura do fantástico” ou “realismo animista”, como estratégias e procedimentos do ato de narrar (SILVA, 2016).

Eduardo de Assis Duarte (2016, p. 217-8), então defensor do termo literatura afro-brasileira, classifica a prosa poética de Conceição Evaristo como carregada de “sentimentalismos ou exageros próprios do melodrama”, e apesar de situar a obra como constituída por narrativas sobre mulheres e homens negros acometidos, historicamente, pela violência simbólica e física, e pelo racismo, o crítico literário continua a afirmar que “os recursos empregados e a construção como um todo vão além do melodrama, embora possam dele se aproximar”. Não por coincidência, mais uma vez, evidenciamos como o crivo acadêmico dificulta a recepção da literatura negra no Brasil. Um traço já experienciado pelas antecessoras de Conceição Evaristo e, também por ela identificado em suas reflexões acadêmicas (EVARISTO, 2009).

Este trabalho monográfico, que é dedicado ao *corpus* da Carolina Maria de Jesus, corrobora mais uma vez os percalços na recepção das autoras negras pela esfera midiática, e também pela crítica literária. Audálio Dantas entra na cena como um mero jornalista designado por um jornal para acompanhar a formação das favelas à margem do rio Tietê, na cidade de São Paulo.

Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha algo a me dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem. A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever aquela história - a visão de dentro da favela (DANTAS, 2005, p. 3).

Como salientado pelo próprio Audálio Dantas no prefácio da obra supracitada, a editoração exigiu alguns cortes, por isso, alguns trechos foram elencados como mais importantes, e tantos outros foram subtraídos de “Quarto de Despejo”. A justificativa do jornalista se assenta na exigência de um sentido cronológico linear de um diário, um gênero menos rebuscado e acessível ao público. No entanto, a temática da fome é bem recorrente e opera todas as cenas relatadas por Carolina. A fome retoma todas as páginas do diário, propositalmente, pensado por Audálio Dantas.

Carolina não falava como coadjuvante passiva ou uma etnógrafa comprometida com a *neutralidade* científica. Sua escrita é sobre suas escrevivências, para lembrar o termo cunhado por Conceição Evaristo (1996). O corpo de Carolina não está marcado tão-somente pela fome, mas também pela dor existencial, presente em

diversas passagens que ela clama pela morte, que ela relata seu desejo de cometer suicídio (JESUS, 2005).

Para Eduardo de Assis Duarte (2004), a literatura afro-brasileira passa a ser legitimada pela literatura contemporânea a partir dos anos 1940, haja vista a constituição de um público-leitor negro, pela ascensão gradativa de pessoas negras na classe média e, sobretudo, pelas medidas educativas tomadas pelo Movimento Negro, como, por exemplo, o Teatro Experimental do Negro (TEN) e, pela recepção do Movimento *Négritude*, como expressão francófona de autores, intelectuais, políticos da diáspora (caribenhos) e africanos na França do entre-guerras.

No entanto, afirmar uma literatura negra no Brasil tem sido um processo árduo e perpetrado por vários debates, tanto no campo da literatura, tantos em textos canonizados por nomes advindos das ciências sociais que lograram ser críticos literários. No primeiro momento, como averiguado por Conceição Evaristo (1996), muitos poetas e literatos negavam a existência da afirmação de uma “identidade racial e cultural”, afinal, “literatura não tem cor”, “literatura não tem gênero”, como veementemente aceito até o início dos anos 1990.

Conceituar uma produção literária, adjetivando-a através de um vocábulo que traz uma referência étnica e uma história semântica carregada de sentidos pejorativos é incorrer em alguns riscos. Preocupações tem havido por parte de alguns que argumentam que categorizar - literatura negra- é sugerir, provocar uma *ghetização* dessa literatura e dos representantes desse específico discurso literário. Respeitamos os temores, mas é justamente esse estado de *gheto* produzido pela cultura hegemônica que os tambores literários negros denunciam (EVARISTO, 1996, p. 14).

Para Evaristo (1996), a literatura negra afirma um *corpus*, intencionalmente, negro, que tensiona suas memórias, símbolos em relação a visão dominante branca que requereu para si a tarefa de representar o negro, em suma, pelo viés depreciativo e estereotipado. Segue a autora a asseverar uma literatura negra “em que seus produtores se propõem consciente e politicamente criar um discurso, uma escrita que parta do “eu negro”, **sujeito que se inscreve e escreve negro** e não que **represente o negro**” (EVARISTO, 1996, p. 39).

Outra importante característica lograda por essa literatura negra corroborada por Evaristo (1996), é exortar o modelo de literatura imposta pelo dominador, que se quer branca e patriarcal. Além disso, dar continuidade às nossas vozes, mesmo que

nossos antepassados negros tenham sido escravizados, ainda assim, é importante fecundar essa memória e continuar.

Alguns colocam questões tênues e perigosas para endossar o debate que se arrasta desde os dois primeiros encontros de escritores e poetas negros acontecidos no final da década de 1980, sobre a autoria da literatura negra (EVARISTO, 1996). A literatura seria uma temática à parte na literatura hegemônica? Valendo-se deste argumento, pode-se dizer que Jorge Amado, com suas personagens negras, Pedro Archanjo e Rosa de Oxalá, está para a literatura negra como José de Alencar, com Iracema e Peri, está para o indianismo? Todo escritor negro, mesmo não aportando sobre a temática negra ou distanciando-se dela, como dizem ter sido Machado de Assis, pode ser laureado como autor da literatura negra ou seria tão-somente um escritor negro fazendo literatura?

Conceição Evaristo (1996), considera que a autoria negra é um pressuposto indispensável para conceituar a literatura negra, mesmo as intenções conceituais tratando-se de temas frágeis ou perigosos, afirmar uma autoria engajada politicamente é um traço salutar antecedido pela consciência de ser negro e, depois repercutido na sua escritura, no seu ser-negro-escrevendo-sobre-si e, sobremaneira, ao escrever consciente da sua voz, se está também comprometido com aquele coletivo que ele se encontra historicamente ligado, o povo negro.

Para Eduardo de Assis Duarte (2004, p. 262), “a montagem da poesia negra faz-se a partir da (re)conquista da posição de sujeito da enunciação, fato que viabiliza a reescritura da história do ponto de vista do negro”. Ainda conforme o crítico literário, as poesias de Castro Alves e Jorge de Lima, são impregnadas pela temática do negro, mas são versões “voltada muitas vezes para o exotismo e a reprodução de estereótipos atrelados à semântica do preconceito”, contrastando o posicionamento da literatura negra, que preconiza uma autoria negra que reflete “o trânsito da alienação à conscientização”.

Em contrapartida, Eduardo de Assis Duarte (2004), mesmo partindo de um senso crítico e teórico sobre a constituição de uma literatura negra prenehe à diáspora africana, ainda assim, incorre com uma profunda contradição em seus ensaios. Apesar de como visto, o crítico literário lograr de um certo referencial sobre os vários movimentos sociais, culturais, estéticos, literários e políticos diaspóricos, como a Renascença do Harlem, o Movimento *Négritude*, o TEN no Brasil, o autor minimiza

uma reflexão indiscutivelmente cara para o Movimento Social Negro do Século XX e desvelada por Conceição Evaristo (1996): o mito da democracia racial!

Já o termo afro-brasileiro, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos. Processo de hibridação étnica e linguística, religiosa e cultural. De acordo com um pensamento conservador, poder-se-ia dizer que afro-brasileiros são também todos os que provêm ou pertencem a famílias mais antigas, cuja genealogia remonta ao período anterior aos grandes fluxos migratórios ocorridos desde o século XIX. E como este, outros reparos poderiam ser arrolados, dado o caráter não-essencialista do termo (DUARTE, 2004, p. 264).

Nesse sentido, não se pode dizer que Eduardo de Assis Duarte (2004) seja um *traidor* da branquidade, como pensam alguns militantes negros em relação aos acadêmicos brancos que se dizem progressistas. O autor, inclusive, ironiza uma afirmação de Cuti, um dos idealizadores dos Cadernos Negros, do grupo Quilombhoje, de São Paulo, “também é certo que não há, sobretudo no Brasil, uma literatura 100% negra” e, ainda continua, “nem o romance, o conto ou o poema são construções provindas unicamente do Atlântico Negro” (DUARTE, 2004, p. 265).

À guisa das contribuições de Conceição Evaristo (2009), principalmente, em relação as inúmeras investidas da crítica literária para desqualificar a produção de Carolina Maria de Jesus enquanto escritora e, sobretudo, enquanto precursora de uma literatura negra feminina, Evaristo afirma que “quando uma mulher como Carolina crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade”, ou seja, ela sai da condição de objeto para sujeito de si, que escreve sobre si, e isso “se institui como um audacioso movimento”. Evaristo ainda segue afirmando com contundência que vozes como a de Carolina ecoam em letras por dentro e fora do sistema literário do Brasil (EVARISTO, 2009).

2.3 Caminho Metodológico

Com o intuito de promover uma leitura antropológica do Diário de Bitita, a fim de trazer para essa área o legado de escritora, tão essencial para pensarmos as contradições sociais da sociedade brasileira, a abordagem qualitativa foi central na realização deste estudo. Tal escolha foi pautada considerando a própria

especificidade das Ciências Sociais que não podem ser centradas somente em números, estes podem ser utilizados apenas como instrumentos. Dessa forma, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

A escolha desse livro como objeto de análise entre os demais publicados pela escritora ocorreu por vários fatores: foi o último livro escrito por ela, redigido logo após ser invisibilizada e retornar à situação de pobreza; diferentemente dos demais, o gênero textual do livro não é um diário, portanto o seu conteúdo reúne as suas memórias do passado; teve também uma organização prévia da própria escritora com títulos e indicações de como deveria proceder a publicação, o que indica uma certa autonomia e amadurecimento.

Por se tratar de uma investigação de uma obra literária, foi empregado no presente estudo a técnica de pesquisa bibliográfica, para se adequar ao fenômeno que foi analisado. Para isso, a leitura de artigos científicos e livros foram essenciais para conhecer fatos da trajetória de Carolina Maria de Jesus e assim remontar o contexto em que a obra foi produzida e publicada.

Entre os autores basilares desta fase da pesquisa estão: Meihy (2015), Fernandez (2014) e Barcellos (2015). São eles os responsáveis por publicações notáveis sobre a autora, além de editarem textos inéditos dela. Especificamente Raffaella Fernandez, pesquisadora que tem reunido seus esforços em estudos que se aprofundam nos escritos originais de Carolina, busca enfatizar a singularidade, desvelar o processo criativo e a amplitude do espólio literário dessa escritora negra.

A fim de realizar um trabalho que buscasse emergir a humanidade e a visão de mundo de Carolina em suas reflexões sobre o racismo, utilizou-se a análise de conteúdo. Trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2009, p. 31), que pode ser entendida como

uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p. 2)

Desse modo, uma análise de conteúdo segue três procedimentos básicos: “pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados: inferência e interpretação” (GUERRA, 2014, p. 39). A pré-análise é o momento de organização do material e

também da leitura deste. A exploração do material consiste numa leitura mais aprofundada, para identificar os elementos a serem categorizados. Após essa etapa, vem o tratamento dos resultados onde é feita a descrição e interpretação das categorias.

No que tange os requisitos para que a análise de conteúdo seja validada é preciso considerar as seguintes regras descritas por Bardin (2009, p. 36): “homogêneas – não misturar variáveis diferentes; exaustivas – devem constar em todo o texto; objetivas – codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais; adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo”.

Seguindo essas indicações teóricas, foi realizada a análise do livro Diário de Bitita. Inicialmente, uma leitura superficial do livro foi feita, o qual possui duzentos e seis páginas divididas em vinte e dois capítulos. Depois, foi realizada uma segunda leitura, desta vez mais criteriosa, visando reconhecer termos que se referem a questão racial como negro e branco. Aquelas palavras que se repetiam foram grifadas dentro do contexto que estavam inseridas, tais foram: negro(a), branco(a), preto(a), pretinho(a), negrinho(a) e mulato(a). Foi realizada uma transcrição de cada parágrafo em que as palavras apareciam e feita uma listagem.

A partir disso foram organizadas em uma tabela, contabilizadas e apresentando o total da frequência que foram mencionadas. Tais termos foram enquadrados como categorias e a partir da tabulação dos dados foi confeccionado um gráfico que consta no capítulo 3. O gráfico serviu como uma ferramenta quantitativa para embasar a interpretação das categorias. A frequência em que cada uma delas apareceu no texto de Carolina se mostrou um dado relevante para o estudo.

Em seguida, tais categorias foram analisadas qualitativamente observando as diferenças de sentido que traziam em cada contexto. Logo após, foram sistematizadas a partir dos temas que foram mais frequentes, sendo eles: educação, trabalho/terra, relações inter-raciais e violência policial. Assim, as temáticas foram interpretadas à luz de fragmentos do Diário de Bitita.

Em suma, a investigação do livro foi ancorada em produções de intelectuais tais como Beatriz Nascimento, Franz Fanon e Angela Davis, que são referências relevantes no que se refere à discussão sobre o racismo.

3 DIÁRIO DE BITITA NA VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E A VIDA DE CAROLINA NO DIÁRIO DE BITITA

*No meio da noite
 Carolina corta a hora da estrela.
 Nos laços de sua família um nó
 - a fome.
 José Carlos masca chicletes.
 No aniversário, Vera Eunice desiste
 do par de sapatos,
 quer um par de óculos escuros.
 João José na via-crucis do corpo,
 um sopro de vida no instante-quase
 a extinguir seus jovens dias.
 E lá se vai Carolina
 Com os olhos fundos,
 macambeando todas as dores do mundo....
 Na hora da estrela, Clarice nem sabe
 que uma mulher cata letras e escreve:
 “De dia tenho sono e de noite poesia”.*

(Carolina na hora da estrela – Conceição Evaristo)

3.1 “Eu não entrei no mundo pela sala de visitas. Entrei pelo quintal”: refletindo o percurso de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus é uma escritora brasileira que produziu uma vasta obra literária e poética em meio a uma série de dificuldades encontradas no decorrer da sua trajetória, a qual teve como marcas a miséria e a fome. Dentre os desafios enfrentados por essa mulher estava o de sobreviver diante de uma situação de extrema pobreza enquanto buscava visibilidade e reconhecimento por seu talento com a escrita, para assim superar a condição paupéris.

Postulo que a história de Carolina perpassa por duas fases cruciais que ocorreram em lugares distintos: o primeiro se deu em Minas Gerais, seu estado de origem, e o segundo em São Paulo, onde morou por mais de quatro décadas até seu falecimento; as tensões vividas nesses dois territórios permitiu que ela encontrasse na leitura e na escrita um refúgio para as várias opressões que sofria ao longo da vida. Seu senso crítico, que desde criança já era evidente, se desenvolveu a partir de sua curiosidade, das histórias que ouvia principalmente de seu avô e pessoas mais velhas que a cercavam, e, quando aprendeu a ler, sua criticidade foi ampliada com a ajuda dos livros e experiências que acumulava no contato com pessoas diversas.

3.1.1 “O que tem de ser, já nasce”: a menina Bitita em Minas Gerais

Filha de Maria Catarina de Jesus e João Candido Veloso, a menina negra nasceu em 1914 numa cidade do interior de Minas Gerais chamada Sacramento, fruto de um relacionamento extraconjugal de sua mãe, que foi abandonada pelo marido quando soube da infidelidade, assim ela teve que cuidar dos dois filhos sozinha.

Sua família ainda possuía cicatrizes da escravidão em suas vidas, tendo o avô de Carolina sido escravizado. Além disso, quando ela nasceu havia se passado apenas 26 anos da abolição, que assim como ocorreu nos Estados Unidos, se efetivou “de forma apenas nominal” (DAVIS, 2016, p. 85), pois não houve medidas de reparação ou integração provenientes do Estado e muito menos da sociedade como um todo. As pessoas negras que foram escravizadas e seus descendentes tiveram de viver às margens por falta de condições básicas para sobreviver: sem emprego, moradia nem educação e ainda precisavam enfrentar o racismo, a violência e a exploração. Afora o racismo e suas tantas discriminações instaladas no cotidiano da convivência em formas de higiene social.

Sobre a família de Carolina, o escritor Ueliton Alves (2014, p. 9) afirma que “a parentada era numerosa e desunida: os homens – os que sobreviviam – bebiam muita cachaça, não trabalhavam e batiam nas mulheres. As mulheres, por sua vez, davam duro para sustentar marido e filhos”. Foi nesse contexto de privações que Carolina passou sua infância, tendo como figuras principais a sua mãe que – como a maioria das mulheres da família – trabalhava como empregada doméstica, e o seu avô a quem tinha profunda admiração por sua inteligência e sagacidade mesmo sendo analfabeto.

Desde pequena era conhecida pela sua esperteza: a menina que a tudo questionava e formava opinião incomodava muitos que a cercavam; suas tias se queixavam com a mãe dela e opinavam para que reprimisse as atitudes de Carolina, que tinha sempre uma resposta a dar.

Através do incentivo de uma patroa da sua mãe, Carolina iniciou os estudos aos nove anos no Colégio Alan Kardec em Sacramento; no entanto, só estudou até o segundo ano do primário pois sua mãe havia recebido uma proposta de se mudar para a zona rural com um homem que havia conhecido, em busca de melhores condições de vida. Sobre esse momento, ela relata: “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma. Único meio foi resignar-me, porque a decisão paterna vence” (JESUS, 2014, p. 131). Desse modo, Carolina foi

semialfabetizada e apesar de não concluir essa etapa da educação primária ela não deixou de ler e escrever ao longo de toda a sua vida.

Após alguns anos no campo, tiveram de retornar para a cidade e entre várias dificuldades de sobreviver em Sacramento, Carolina e sua mãe migraram para o interior de São Paulo e ficaram por algum tempo em Franca. Por se tratar de mulheres negras e pobres, uma das poucas oportunidades que tinham para trabalhar era como empregadas domésticas. Nesse sentido, cabe ressaltar o quão o serviço doméstico era um dos destinos de mulheres que historicamente foram marginalizadas duplamente em uma sociedade racista e sexista: o legado deixado pela escravatura colocava aquelas mulheres num *locus* de subalternidade baseado na servidão.

Assim, Carolina e sua mãe, que passaram fome e muitas vezes ficaram sem ter onde morar, tentavam trabalhar para garantir alimentação e moradia. Nem sempre conseguiam os melhores trabalhos e geralmente eram tratadas com hostilidade por seus patrões, e em alguns casos sequer recebiam de modo integral o salário que havia sido combinado (JESUS, 2014).

A adolescência e fase adulta de Carolina ainda em Sacramento foi conturbada por vários fatores, dentre eles estão os casos de doença e a violência policial. Ela foi acometida por uma doença não identificada que afetou as suas pernas causando feridas que não cicatrizavam facilmente, o que a levou a procurar tratamento em Uberaba e também em Ribeirão Preto. Isso a impedia de trabalhar e ajudar no sustento de sua família. Entre as fases de melhora e agravo da doença, Carolina enfrentava a pobreza e, com a ajuda da mãe, conseguia forças para sobreviver. Ela também sofria maus tratos de diversas pessoas que tinha que conviver, até mesmo de seus parentes sobre isso ela escreveu:

Era o início de minha vida, e o destino estava apresentando-me às pessoas desumanas que transitam por este mundo. Os tipos que pensam que são imortais, destituídos das belas qualidades, e com péssimas formações morais. (JESUS, 2014, p. 169).

Carolina por duas vezes foi presa injustamente e teve contato direto com a violência policial, tão frequente contra as pessoas negras. Quando trabalhava na casa de um padre foi acusada de furtar uma alta quantia em dinheiro que havia sumido e, apesar de afirmar que não o havia furtado, foi levada à delegacia ainda assim. Sobre esse episódio ela relatou: “quando o soldado ia me bater, o telefone tocou” (JESUS, 2014, p. 146), pois o padre havia encontrado o dinheiro. Ao ser inocentada, ela foi solta.

Ainda em Sacramento, foi presa novamente, mas dessa vez a sua mãe foi levada também, por tentar impedir. A motivação foi a denúncia de alguns rapazes que disseram que ela estava lendo um livro de São Cipriano, o que na época era visto como algo relacionado à bruxaria; também falaram que ela estava xingando o sargento. Por causa dessa calúnia, ficaram presas por alguns dias numa cela sem comer e foram obrigadas a capinar na parte externa da cadeia, mas o sofrimento delas não se resumiu à fome e ao trabalho forçado, ainda foram espancadas:

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas e sem comer. (JESUS, 2014, p. 182)

Mesmo não tendo cometido crime algum, por causa de calúnia e também de atitudes racistas, elas sofreram por alguns dias na cadeia e só foram soltas porque um primo de Carolina conseguiu pagar a fiança. Diante dessa humilhação e da situação de miséria em sua terra natal, elas decidiram ir morar em Franca.

3.1.2 “Todos tem um ideal que é o combustível da alma”: a trajetória de Carolina em São Paulo

Algum tempo depois a mãe de Carolina retornou para Sacramento, enquanto ela decidiu ir para a capital paulista em busca de melhores condições de trabalho. Quando chegou em São Paulo, Carolina teve diversas ocupações: trabalhou como lavadeira, passadeira, ajudante em restaurantes, faxineira e empregada doméstica. No entanto, por ter engravidado, Carolina perdeu o emprego e foi morar na favela do Canindé, que ficava em meio a um depósito de lixo; a partir desse momento tornou-se catadora de lixo e foi assim que conseguiu se manter, morando em um barraco que ela mesma construiu.

Se tornou mãe de três filhos, José Carlos, Vera Eunice e João José, e a sua vida na favela foi muito difícil, morando em um barraco e sem emprego formal, ela almejava sair da favela e adquirir uma casa e melhores condições para seus filhos. Além disso, a sua paixão pela escrita e pela leitura só aumentava: passou a escrever em cadernos achados no lixo nos quais registrava seu dia a dia na favela, narrando os vários episódios de fome e tristeza, seus poemas, músicas e demais textos. Em 1958, o jornalista Audálio Dantas foi fazer uma reportagem sobre a favela e, ao

conhecê-la, se interessou pela história daquela mulher pobre que escrevia em meio a uma situação de precariedade (OLIVEIRA, 2015).

Carolina entregou ao jornalista os seus cadernos por perceber que ele poderia ajudá-la a publicar seu livro. Audálio ficou entusiasmado com aqueles registros e passou pouco mais de um ano realizando o trabalho de selecionar, editar e organizar aqueles manuscritos. Ele havia ido na favela a fim de fazer uma matéria e conseguiu muito mais do que o esperado; não precisou escrever sobre os moradores de Canindé, pois dentro daquele lugar inóspito e precário havia alguém que escrevia: era uma mulher, negra, pobre, falando de si, de sua realidade. Desse modo, a mulher a quem seria o objeto daquela reportagem conseguiu se impor enquanto sujeito graças a seu talento com as palavras, com a poesia e com a arte.

Carolina conseguiu a tão sonhada realização com o lançamento do seu livro “Quarto de despejo”, o qual foi um sucesso editorial e seu alcance não se deu apenas no Brasil como em outros países. O título do livro demonstra uma metáfora que se refere à dicotomia existente entre a favela e o centro da cidade: ela via a favela como o quarto de despejo da cidade onde estariam os dejetos e objetos inúteis e o centro como a sala de visitas de um casarão luxuoso.

Os escritos no seu diário não eram simples relatos quotidianos de sua miséria e fome na favela; seus registros podem ser entendidos como uma denúncia da desigualdade social existente em São Paulo. A novidade trazida por essa escritora estava relacionada ao próprio contexto da época, cujo acesso à educação por pessoas pobres era muito limitado, conforme aponta Penteado (2016, p. 27):

Em 1960, ano de lançamento de *Quarto de despejo*, o nível de escolaridade do brasileiro era de 1,8 ano de estudo, segundo o *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (Pochmann e Amorim, 2003). Carolina se inseria exatamente nessa média – o mérito dela está justamente no que conseguiu fazer com tão pouco tempo de vida escolar.

Segundo Carrijo e Santos (2012), Carolina conseguiu, através do seu olhar aguçado, enfatizar em seus diários todos os problemas que haviam na favela, tanto das relações interpessoais como da extrema falta de assistência do poder público que sequer olhava para a realidade daquelas pessoas. O que ela fez foi publicizar as demandas urgentes que haviam na favela e que eram ignoradas por políticos e demais grupos da sociedade.

Naquele momento, que compreende o final da década de 1950 e início de 1960, o contexto histórico, social, econômico, político e cultural sofria mudanças diante do

intenso processo de modernização e industrialização do país, sobretudo no estado de São Paulo no período Dutra, e mais tarde os “50 Anos em 5” de Juscelino Kubitschek. E o “progresso” que começava a ser delineado não garantia melhora de vida pra todos, pois era o progresso do Capital sobre as desigualdades num contexto de Guerra Fria. Assim, Carolina ao ser revelada pelo jornalista e tendo seu livro publicado, passou a ser uma representante da favela, que naquele momento precisava de visibilidade para, quem sabe, refletir em melhorias para aquela população.

A obra de Carolina pode ser classificada como uma discursividade literária incanônica, de acordo com Carrijo e Santos (2012). Isso porque ela não foi reconhecida como literata mesmo alcançando destaque nacional e internacional com a publicação do seu primeiro livro (Quarto de despejo) considerado um *best-seller* dos anos de 1960. A escrita de Carolina não foi valorizada pelo cânone literário da época por se tratar de uma escritora negra que era semianalfabeta, já que naquela época a maioria dos escritores brasileiros eram homens, brancos, letrados e abastados. Contrapondo essa tradição literária erudita, Oliveira (2015, p. 48) afirma que:

[...] Carolina Maria de Jesus corajosamente antecede, através de sua escrita contundente, alguns temas que ainda não haviam sido retratados nas narrativas brasileiras. [...] a autora abre um precedente na história literária do país, pois é a primeira mulher negra, pobre e semialfabetizada a representar na literatura o sofrimento e os anseios de uma comunidade oprimida dentro de um espaço excluído da sociedade, a favela.

A escrita de Carolina se destaca tanto pelo modo que ela se apropria da norma culta, mesmo sendo semianalfabeta, quanto por buscar sua inserção social a partir do seu ofício literário. A aceitação no âmbito literário era um dos desejos dessa escritora, que por ser mulher, pobre, negra e favelada não conseguia ter acesso e nem ter seus escritos publicados pelas editoras. Nesse sentido, a crítica de Penteado (2016, p. 20) é pertinente ao pontuar que “se Carolina não serve para o cânone, o cânone também não serve para Carolina. Não é de um guardião de autores e obras cultas que sairá a explicação para a complexidade da narrativa de uma catadora de papel que desafiou as normas sociais.” Aqui jaz a encruzilhada da erudição e do popular, do visível da ordem e da invisibilização do caos, da crueldade. Da escrita que fala sobre e do sujeito que se auto inscreve.

Para ler e escrever, ela utilizava materiais – livros e cadernos – que encontrava no lixo, que também era onde ela conseguia os poucos recursos para sobreviver. Aspirava sair da favela, adquirir uma “casa de alvenaria”, dar aos seus três filhos

melhores condições de vida e ser reconhecida na cultura letrada pelas suas diversas produções literárias (CARRIJO; SANTOS, 2012).

A própria crítica literária não fazia questão de considerar cânone a obra de Carolina, isso porque se o fizessem causaria uma ruptura nas normas da letradura, pois a própria escritora era por si só singular, por ser exceção dentro do grupo de escritores (por ser mulher, negra e pobre) como também por trazer uma originalidade de conteúdo literário escrevia o que vivenciava no dia a dia.

Apesar da visibilidade e sucesso dessa escritora ter ocorrido a partir de seus diários, ela produziu uma variedade de textos, entre eles peças de teatro, poemas, músicas e romances. Com o lançamento do livro Quarto de despejo, os holofotes estariam voltados para Carolina, que conseguiu o feito de superar o escritor Jorge Amado, já que as notícias da época davam conta que seu livro estava em primeiro lugar nas vendas.

A publicação de seu segundo livro “Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada” em 1961 não teve a mesma recepção que o primeiro. Nesse livro, ela relatava toda sua rotina com escritora reconhecida, enfatizava os eventos que participava e as viagens que fizera no lançamento de seu primeiro livro por todo o país, mas não somente: havia também registros das viagens internacionais pelo Chile, Argentina e Uruguai. Além disso, ela comentava sobre as dificuldades de se adaptar à nova realidade e o assédio de pessoas que a procuravam em busca de dinheiro, acreditando que ela estava rica e tinha como obrigação ajudar.

Carolina foi invisibilizada pouco tempo depois de obter sucesso. Alguns motivos para esse esquecimento estão relacionados ao fato de ela não conseguir ser aceita no cânone literário brasileiro, por seu lugar na sociedade enquanto mulher negra e sua mínima escolaridade. Além disso, naquele momento histórico em que o Brasil tinha altos níveis de analfabetismo, ela representava o exótico, por ser uma mulher pobre que lia e escrevia de forma surpreendente para alguém que não teve oportunidade de adentrar no meio acadêmico como tradicionalmente ocorria com a maioria dos literatas.

A história dessa escritora infelizmente tem um desfecho triste: ela perde a fama e deixa de vender livros como antes. Por conta disso ela volta às ruas para catar lixo e após algum tempo vai morar em um sítio em Parelheiros, situado em um bairro da periferia de São Paulo. Nessa fase de sua vida a pobreza volta a fazer parte da sua rotina assim como de seus livros, mas ela continuou escrevendo e desejava que suas

novas produções fossem publicadas. No contexto de Ditadura Militar, a invisibilização das contradições que ela retrata são marcantes para a manutenção da Ordem e Progresso.

No ano de 1977, em decorrência de um problema respiratório, Carolina morre aos 63 anos. Ainda assim, sua obra permanece viva não apenas no Brasil como no mundo, pois ela ultrapassou as fronteiras e tem sido revisitada tanto dentro da academia como em espaços que priorizam a educação não formal realizados por movimentos sociais.

3.2. Ambiência da obra: de Um Brasil para os brasileiros ao Diário de Bitita

O livro “Diário de Bitita”, que pode ser considerado a última criação de Carolina Maria de Jesus, precisa ser situado no tempo e no espaço. Para isso, é preciso compreender quais as circunstâncias que levaram à produção desse texto, bem como os motivos que impediram que este fosse publicado no Brasil na década de 1970.

Após a grande visibilidade que Carolina teve no Brasil com o seu primeiro diário “Quarto de despejo” de 1960, a escritora passa por um processo de esquecimento na mídia e também no campo editorial; seus próximos livros, à medida que iam sendo publicados, não vendiam tanto quanto o primeiro, que teve milhares de exemplares comercializados no país e possibilitou que uma literatura negra, periférica e marginalizada adentrasse espaços até então restritos da literatura brasileira.

Naquele momento, já haviam despontado mulheres na literatura, o que proporcionou uma pequena mas significativa mudança no campo das letras que historicamente era masculino, em quase sua totalidade. Essas mulheres possuíam um perfil muito distante daquele que tinha Carolina: mulheres como Clarice Lispector e Lígia Fagundes Teles, Cecília Meireles e Rachel de Queiroz, eram brancas, letradas e vinham de famílias abastadas, o que possibilitava oportunidades que a escritora negra não teve ao longo de seu trabalho (MEIHY, 2016).

Embora tenha se passado cerca de cinco décadas desde que Carolina despontou na seara das letras, o espaço para escritoras negras ainda é cerceado, pois como afirma Toledo (2016, p. 157): “A literatura, assim como a história, produz um apagamento das mulheres, uma vez que a representação literária da mulher negra ainda é ancorada nas imagens de seu passado escravo e são retratadas como as antimusas da sociedade brasileira”.

Diante das dificuldades de se manter com a venda de seus livros, Carolina também enfrentou as consequências de um país que passou a viver a partir de 1964 sob o regime militar. Assim, os anos de chumbo, de certo modo, contribuíram para o silenciamento e a invisibilidade de Carolina após ter sido reconhecida dentro e fora do país. Não havia mais espaço na sociedade para denúncias sobre a pobreza como ela fizera nos livros *Quarto de despejo* e *Casa de Alvenaria*.

Os anos que seguiram 1969 foram importantes na vida de Carolina, isso porque ela conseguiu realizar um sonho antigo: “Não hei de morrer antes de adquirir uma gleba de terras para mim. Pretendo plantar muitos arvoredos” (JESUS, 2014, p. 146). Entretanto, não conseguiu ter uma vida confortável, já que passou a conviver novamente com a pobreza. Não chegou a passar fome – novamente – porque no seu sítio ela conseguiu um espaço para plantar e garantir a sua alimentação básica.

Diferentemente de muitos escritores que podiam dedicar todo o seu tempo à literatura, ela não teve esse privilégio. Concordo com as palavras da jornalista Clélia Pisa quando aconselhou em uma entrevista: “não procure entender Carolina seguindo o que teoricamente se faz com o autor, cuja profissão é escrever. A profissão de Carolina era viver. E naquela vida terrível, difícil e horrível ela conseguiu escrever e muito bem” (FERNANDEZ, 2014, p. 298). Desse modo, foi nessa situação de precariedade que ela escreveu os cadernos que posteriormente resultaram no livro *Diário de Bitita*.

Nomeados como “Um brasil” e “Um Brasil para os Brasileiros” foram os dois cadernos que Carolina entregou em 1972 à jornalista Clélia Pisa e à francesa Maryvonne Lapouge. Sobre esse momento cabe ressaltar que as informações obtidas sobre o processo de criação e publicação da versão francesa *Journal de Bitita* foram disponibilizadas pela pesquisadora e doutora em Teoria e História Literária, Raffaella Andréa Fernandez, que tem se debruçado nos escritos originais de Carolina. Por causa da pesquisa ligada à sua tese, realizou uma entrevista com Clélia Pisa que revelou como foi seu encontro com a escritora.

Em um período de censura e repressão como foi a ditadura militar, Carolina ofereceu seus textos às duas mulheres que foram visitá-la. Ela fez isso na esperança de que aquelas jornalistas conseguissem publicar seus escritos. Todo o material foi datilografado pelas duas para que pudessem leva-los escritos à França e alguns dos originais ficaram no Instituto Moreira Salles pois a retirada de textos como esses do

Brasil não foi fácil de forte repressão ditatorial. A tensão naquele momento era muito grande e Clélia Pisa relatou como foi esse acontecimento:

Ela viu o respeito. Nós saímos da França e fomos parar no fim do mundo com um automóvel nos esperando na porta para levar a gente de volta com o custo que era e com a ditadura que tinha. Você não brinca! Por que para fazer o livro aqui tinha polícia nas casas. A gente sabia. A gente não podia tirar as coisas do país assim. Tem toda uma história. Tinha uma mala de um terceiro até chegar aqui. Era uma obra muito importante! (FERNANDEZ, 2014, p. 301)

Com isso, fica evidente que Carolina não conseguiria publicar no Brasil seus últimos manuscritos. Primeiro porque estava *novamente* na pobreza e excluída daquela sociedade que em algum momento a deu visibilidade, pois ela chegou a declarar ainda em 1972 que estava escrevendo seu livro, mas “ela foi ridicularizada pela imprensa” (PEREIRA, 2015, p. 28). Segundo porque a ditadura dificultava publicizar certas críticas e denúncias sociais como as que Carolina fazia em seus cadernos. No país que naquele período estava sob o slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, as autoridades não permitiriam que uma escritora, ainda que narrando suas memórias de infância e adolescência, falasse abertamente sobre assuntos como pobreza, fome, violência, política e racismo sem que passasse pelo menos pelo filtro da censura.

A partir dos textos datilografados e levados para a França foi realizado um trabalho de edição e tradução, o qual foi feito por Clélia Pisa e pela tradutora Régine Valbert. O interesse da editora Métailié era que o livro fosse editado de modo que os leitores franceses pudessem entender o contexto para facilitar o entendimento do seu conteúdo. Desse modo, a obra inédita foi publicada postumamente na França em 1982 sob o título “*Journal de Bitita*” e a sua recepção no país

[...] recebeu apenas uma “boa acolhida” da imprensa francesa, mas não compartilhou o mesmo sucesso do primeiro. Ainda assim, chegou a ganhar em 1983 um prêmio regional na cidade de Nice: “Prix de Lectrices de Elle”, de uma revista feminista de grande tiragem chamada Elle. Na ocasião, a jornalista Clélia Pisa, a editora Métailié e a tradutora Régine Valbert foram até a cidade representar Carolina de Jesus. (FERNANDEZ, 2014, p. 286)

Este livro, contudo, não pode ser considerado um diário, como foi o caso do famoso Quarto de despejo: os manuscritos de Carolina não estavam datados, o que demonstra que o gênero textual não era o mesmo. Nos cadernos haviam poemas, contos e também relatos memorialísticos de sua infância, adolescência e início da fase adulta. O título “Um Brasil para os brasileiros” dado pela própria Carolina foi substituído por “Diário de Bitita” por opção da editora. As alterações não foram feitas apenas no título que, por sinal, faz referência ao apelido que foi lhe dado por sua

família quando criança. O livro, também na versão francesa, não possui em si uma originalidade pois este foi traduzido dos originais em português para o francês. A tradução em si carrega a interpretação do tradutor e portanto perde-se muitas vezes o sentido primário.

Ademais, o livro foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1986 pela editora Nova Fronteira, o que, não por acaso, ocorreu após o fim da ditadura, ou seja, “exatamente no momento de Abertura Política” (MEIHY, 2015, p. 259). Um aspecto a se levar em consideração é que esta não foi uma edição baseada no compilado dos escritos originais; longe disso: ele é uma tradução da versão francesa.

Nesse sentido, cabe a reflexão do quanto isso é desfavorável aos leitores brasileiros por não terem de fato a escrita caroliniana na sua íntegra, sem alterações, correções, acréscimos ou interpretações. Em vista disso, é necessário que sua obra seja revisitada a partir dos seus cadernos e manuscritos originais que se encontram no Instituto Moreira Salles, no Arquivo Público Municipal de Sacramento, no Museu Afro Brasil e na Biblioteca Nacional.

4 “O QUE PREOCUPAVA ERA A INFELICIDADE DOS PRETOS”: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO A PARTIR DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Este capítulo é dedicado à reflexão sobre o modo como o racismo é apresentado no livro *Diário de Bitita*, escrito por Carolina Maria de Jesus. O estudo procurou observar o contexto histórico e os limites de uma escritora que era semianalfabeta e viveu numa realidade de pobreza e, diferentemente de mulheres negras como Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento, que adentraram o espaço acadêmico, não teve essa oportunidade. Não obstante, suas vivências, seu lugar de fala e sua perspicácia possibilitaram que ela tivesse um olhar particular, crítico para pensar a então sociedade brasileira nas suas contradições e seus graves problemas sociais, como é o racismo.

4.1 Categorias analíticas

Na leitura minuciosa do *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus que, como dito no segundo capítulo, se trata de uma narrativa baseada em suas memórias de infância e início da fase adulta na sua terra natal e os momentos de transmigração³, seja para tratar de doença, seja em busca de melhores condições de vida, foi possível identificar que a categoria racismo emana na maioria dos capítulos deste livro.

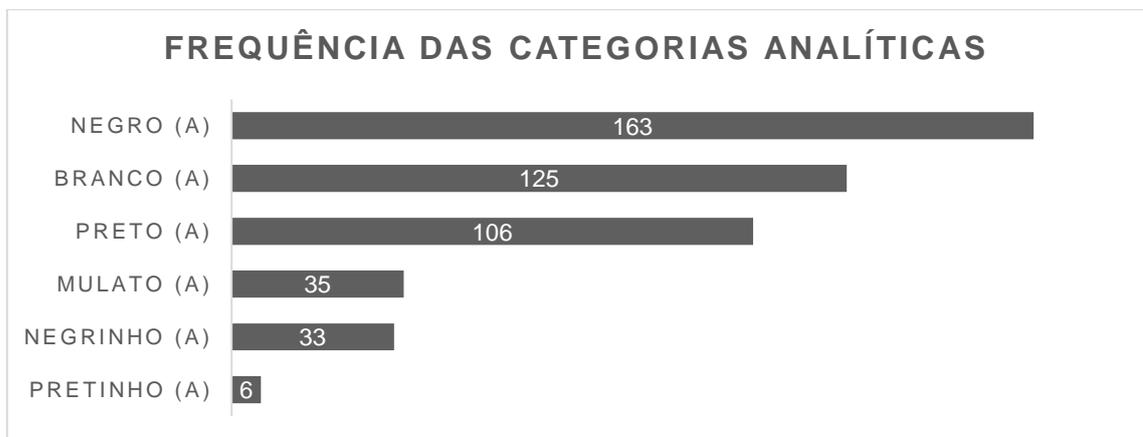
Abordaremos as categorias analíticas: negro(a), branco(a), mulato(a), negrinho(a) e pretinho(a). O estudo parte inicialmente desses vocábulos que exprimem o significado de racismo, portanto, a frequência com que essas palavras são citadas na obra se faz importante não apenas considerando os aspectos quantitativos. A ênfase dessa busca está centrada numa noção qualitativa por visar compreender a rede de significados e significantes que estão atrelados ao racismo que foi erigida nesta obra.

O que seria isso? Nos interessa então saber em quais contextos essas expressões estão inseridas. Por exemplo, nem sempre que a palavra “negro” é utilizada ela tem um sentido negativo e denota um xingamento; a mesma palavra pode ser uma forma de afirmação ou identificação.

³ “Para a mobilidade, em geral forçada, da população negra, de África para a América e dentro do Brasil, entre o rural e o urbano, entre o Nordeste e o Sudeste Beatriz [Nascimento] cunhou o termo transmigração.” (RATTS, 2006, p. 73)

Apesar de o livro ter sido publicado em 1986 e retratar um período histórico de décadas anteriores, não se pode considerar que o racismo tenha cessado, pelo contrário, este é um problema estrutural no Brasil. Ainda que seja apresentado com novas facetas, está presente nas relações e na realidade social. O racismo reverbera a condição assimétrica a que as pessoas negras estão sujeitadas: as maiores vítimas das desigualdades – sejam elas econômicas, sociais e principalmente as de gênero, se considerarmos que as mulheres negras são as mais prejudicadas nessa cadeia interseccional de opressões.

Após delimitar as categorias e identificá-las no texto de Carolina, foi possível observar que é muito frequente o uso dessas palavras com sentidos e em contextos diversos. Nas duzentas e seis páginas do livro, encontramos em quase todas elas as menções relacionadas a desigualdades e a cenas de conflitos raciais, como pode ser visto no gráfico abaixo que foi construído a partir da listagem dessas palavras e busca ilustrar a quantidade em que os termos são reportados pela autora:



Quando somadas, essas categorias totalizaram 468 (quatrocentas e sessenta e oito) menções; em específico, as que estão relacionadas às pessoas não brancas são a maioria, com 343 (trezentas e quarenta e três). Cabe ressaltar que esses dados por si só não conseguem exprimir a complexidade dessa temática; servem para ilustrar e complementar a discussão proposta nesse estudo.

Carolina descreveu os personagens que fizeram parte da sua história em Sacramento atribuindo termos como negros, brancos e mulatos, que remetem à cor da pele e à origem étnica de cada indivíduo, os quais tiveram demasiado espaço em seu escrito. Outro aspecto que aqui merece destaque diz respeito à variedade de palavras usadas por ela para tratar as pessoas não brancas, que foram: preto, negro,

mulato e pretinho, ao passo que para se referir às pessoas brancas ela usou apenas uma. Essa conduta da escritora converge com as expressões que naquele momento eram comuns e que ainda hoje estão embutidas na cultura brasileira que abarca muitos resquícios do processo colonial.

Os mecanismos empregados durante a escravatura visavam apagar toda a história, cultura e identidade dos africanos escravizados e impor a eles uma nova cultura: a do colonizador. Eram novamente batizados e recebiam nomes e sobrenomes relacionados à tradição católica, o que também era uma forma de obrigá-los a se adequarem àquela religião. Além de terem novos nomes, totalmente alheios a sua origem, ainda eram rotulados, ganhando apelidos pejorativos com base em traços físicos e na cor da pele.

Para ajustar ainda mais essa recusa de pronunciar o nome de uma pessoa negra, o racismo implantou na linguagem inúmeros estereótipos, que funcionam como estoque de justificativas internas para reforçar tal identificação histórica e um possível esquecimento momentâneo. (CUTI, 2007, p. 42)

Em seu livro, Carolina ressaltou vários momentos em que foi chamada de *negrinha*, sendo majoritariamente situações em que a palavra teve uma conotação negativa, para ofendê-la. Esse tratamento era dado por pessoas próximas, familiares, vizinhas ou conhecidos, quando ela era uma criança e também quando adulta⁴. Sobre Carolina as tias falavam⁵: “Bate nessa **negrinha**! Ela está com quatro anos, mas o cipó se torce enquanto é novo” (p. 14); “Você precisa dar um jeito nessa **negrinha**. Ela vai te deixar louca” (p. 28); “Se eu fosse você, internava essa **negrinha** no hospício” (p. 78); “É porque você é boba, se essa **negrinha** fosse minha filha!” (p. 127).

Os xingamentos racistas generalizados, vinham de toda parte. No caso de vizinhas e conhecidos, tais frases eram frequentes: “Dona cota, espanca essa **negrinha**! Que menina cacete. Macaca” (p. 17); “Que **negrinha** feia! Além de feia, antipática. Se ela fosse minha filha eu matava” (p. 18); “**Negrinha** vagabunda. **Negro** não presta.” (p. 58); “Oh **negrinha** idiota! **Negrinha** antipática” (p. 76).

⁴ “Como acontece no cotidiano, a criança negra quase nunca tem nome, ela é denominada por apelidos ou pela cor da pele, assim o como é a maioria dos adultos e velhos” (SILVA, 1995, p. 66-7 *apud* CUTI, 2007, p. 42).

⁵ As categorias sob análise foram evidenciadas nos escritos de Carolina para melhor ilustrar o contexto em que estão inseridas.

Percebe-se que desde muito cedo Carolina foi uma vítima do racismo, seja de entes queridos ou não; esses casos estão presentes em diferentes capítulos o que mostra que não foi algo pontual. Ela chegou a afirmar “quando alguém ia me xingar era: **-Negrinha! Negrinha!**” (p. 76), o que denota que ela reconhecia que aquelas palavras eram usadas para insultá-la. Os ataques constantes acabaram sendo internalizados por ela, pois chegou a pensar que sua mãe a tratava diferente e que isso se dava por causa da cor da pele: “Não sei se era ciúme, mas eu notava diferenças nos modos de mamãe nos tratar. O meu irmão era o predileto. Eu pensava: Ela trata-o com todo carinho, porque ele é **mulato**. E eu sou **negrinha**.” (p. 83).

Carolina, por ser negra, retinta e não ter traços finos como requerido pelo padrão de beleza hegemônico, era desprezada pela sua aparência: “Eu sabia que era **negra** por causa dos meninos **brancos**. Quando brigavam comigo, diziam: - **Negrinha! Negrinha** fedida! [...] Por causa dos meninos **brancos** criticarem o nosso cabelo: - Cabelo Pixaim! Cabelo duro!” (p. 95). E a reação dela naquela situação era de raiva e ao mesmo tempo a sua fala demonstra uma internalização daquela tentativa de colocá-la num patamar de inferioridade:

Eu lutava para fazer meus cabelos crescerem. Era uma luta inútil. O **negro** é filho de macaco, que vontade de jogar pedras. O meu prazer era ver uma menina **branca** suplicar-me: - Bitita, atira uma pedra naquela manga pra mim. Eu tinha alvo, era só jogar e acertar. Pensava: “Mesmo sendo **preta**, tenho alguma utilidade” (p. 95)

Diante de tais posturas, concorda-se com Silva (CUTI, 2007, p. 34) quando afirma que “ao recusar o nome do outro e preferir chamá-lo pela cor e raça, está afirmando nas entrelinhas a pretensa superioridade de sua brancura”. Não obstante acontecesse com crianças, *todas* as pessoas negras estavam expostas a esse cenário: “com os **pretos** velhos, os meninos não mexiam, porque eles diziam que conheciam um homem que virava lobisomem e mula sem cabeça. Foi o único meio que os **pretos** velhos arranjaram para ter sossego” (p. 95).

No seu primeiro contato com a escola, a menina Bitita ficou decepcionada com a forma como foi tratada pelos colegas, em sua maioria meninos brancos: “Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei: - Que **negrinha** feia!” (p. 125). Os desafios encontrados por uma criança negra na década de 1920 para acessar o âmbito educacional no Brasil eram muitos, pois naquele período não se tinha uma educação pública, universal e democrática. Era grande o número de analfabetos e

Carolina só estudou por influência de uma patroa de sua mãe, numa escola espírita que cumpria uma ação social.

Retomando o modo como Carolina apresenta os termos negro, negrinha, mulato e preto, estes se encontram na maioria das vezes acompanhados de adjetivos depreciativos, tais como: negrinha vagabunda, negro sujo, negrinha idiota, negros ladrões, negros ordinários, negrinha fedida, negrinha feia. Poucas vezes os adjetivos ressaltam algo positivo: preta calma, preto bonito, negrinha esperta, mulata bonita.

Dessa forma, sua escrita revela a imagem negativa do negro que era disseminada no corpo social, ainda mais numa cidade conservadora, do interior de Minas Gerais, como era Sacramento. Sobre esse ponto ela narra no capítulo 9, intitulado “Meu Genro”, como as pessoas brancas e abastadas não aceitavam se relacionar com as pessoas negras, mesmo sendo elas ricas, como o caso do homem que vai visitar a sogra e nenhum convidado “ilustre” da cidade comparece ao almoço quando descobre que ele é negro.

O termo mulato, o qual é pouco apresentado por Carolina, denota um olhar diferenciado, pois ela sempre reporta que as pessoas mestiças eram tidas como superiores aos negros e, ao mesmo tempo, inferiores aos brancos. O tratamento que os mestiços geralmente davam aos negros se aproximava do modo racista como os brancos procediam:

Eu pensava: “O **negro** não deve produzir o **mulato** porque se volta contra ele. Aquele que recebe as cutiladas é que pode avaliar a dor. E é o **negro** que está apto para revelar as filáucias e as jactâncias dos **mulatos**. Os **negros** não perseguem o **mulato** porque é **mulato**, nem o **branco** porque é **branco**. Então o **negro** é o superior.” (p. 75)

Em seus relatos, é como se o mulato não quisesse fazer parte do grupo de negros, pois isso demonstrava um lugar de subalternidade, e ao mesmo tempo estes não fossem acolhidos em grupos de brancos. Por outro lado, o mulato tinha possibilidades maiores de ascensão social por causa da ideologia do embranquecimento a qual Carolina chega a se referir: “Houve até um projeto dizendo que se o **mulato** tivesse o cabelo liso era considerado **branco**, se o cabelo fosse crespo então o mulato era considerado **negro**” (p.74).

Para Carolina o preconceito racial partia sempre do branco ou do mulato o negro era a maior vítima disso: “Porque será que os **mulatos** e os **brancos** negavam os **negros**?” (p. 74). Essas reflexões da escritora são decorrentes da experiência que havia tido com uma tia mulata a quem ela chamava de racista, pois esta mulher a

tratava com indiferença e também impediu que sua filha branca casasse com um homem negro.

Na atualidade esse termo é tratado como uma ofensa pelos militantes do movimento negro, pois está associado a uma expressão depreciativa, de herança colonial. A palavra “mulato” deriva da palavra “mula” que seria o cruzamento do cavalo com uma jumenta e resultaria em um filhote mestiço e estéril. Esse termo foi por muito tempo utilizado para designar pessoas que fossem resultado da relação sexual entre uma pessoa branca e negra, ao qual se dá um sentido de degeneração.

Carolina, ao lembrar as suas origens em Sacramento, traz em seu texto literário perguntas que se fazia constantemente sobre a condição das pessoas negras naquela sociedade. Ela não tinha muitas referências negras no que tange ao conhecimento científico, mas se inspirava nas histórias que lhe eram contadas sobre o baiano Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). Este é um dos mais importantes intelectuais brasileiros, e entre as várias ocupações, defendeu a causa dos negros e ganhou a admiração de Carolina. Em várias passagens do seu texto, ela faz referência a ele, principalmente por sua conduta de ver potencialidades nos negros:

O Rui dizia que o **negro** deveria ser conservado na lavoura. Que num país é necessário ter uma classe telúrica. Ele ficaria no trabalho até as três da tarde e estudaria à noite. Mas os doutores de Coimbra diziam que quem deveria estudar eram os filhos da classe predominadora e não os que deveriam ser predominados, que o amo e o servo não poderiam ter sapiência igual. O Rui dizia que a sapiência é nata. O estudo é para esclarecer [...] (p. 39)

Sem desconsiderar o papel desse jurista para a nossa história é preciso pontuar uma informação que Carolina pode não ter tomado conhecimento no que diz respeito Rui Barbosa. Na atualidade ainda pesa contra ele a acusação de que teria sido o mandante da queima de arquivos sobre a escravidão (posse de escravos e outros documentos) a fim de evitar que houvesse cobrança de indenizações por parte de pessoas negras. Por outro lado, no livro “Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos” (1988), Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa, buscam desfazer esse discurso e apresentam uma série de justificativas sobre as ações de Rui Barbosa.

Em suma, após constatar de que modo os termos emergiram na escrita de Carolina, foi possível identificar um padrão de temas que estão correlacionadas ao modo como o racismo operava e que ainda se faz presente na realidade brasileira. Estes, foram organizados e serão expostos na próxima seção, sendo eles: Educação, Violência policial, Relações inter-raciais, e Trabalho na terra.

4.2 Desdobramentos da escrita: temas manifestos em Diário de Bitita

4.2.1 Educação

É inegável a relevância da educação formal para que os indivíduos sejam incluídos no *corpus* social, para que possam exercer a sua cidadania. No entanto, a educação nem sempre foi um direito que esteve à disposição de todas as pessoas. Por causa de um passado tenebroso de servidão, não é difícil identificar quais os indivíduos que foram, por muito tempo, alijados desse direito – os africanos, afrodescendentes, indígenas e mulheres.

Não por acaso, essa circunstância se alinha com a história da escritora negra que é central nesse estudo. A própria Carolina foi uma sobrevivente de uma realidade em que o acesso à educação era um privilégio de homens, brancos e ricos. Isso reflete no próprio âmbito científico onde as mulheres ainda disputam espaço e reconhecimento.

A ação de impedir grupos de ingressar em espaços educacionais continuamente tem sido algo proposital: tal iniciativa visa facilitar o controle e a dominação. O conhecimento é uma ferramenta de emancipação para o sujeito e foi através dele que Carolina conseguiu uma visibilidade que transcendeu seu tempo e o lugar em que viveu. Ela enxergava a educação como o caminho para se sobressair e romper com o ciclo de exploração, porque “quem é culto não escraviza, e os que são cultos não aceitam o julgo da escravidão” (p. 129).

O povo negro por todo o tempo expressou desejo em obter conhecimento, e nas raras oportunidades, a leitura e a escrita foram apropriadas como forma de resistência e luta (DAVIS, 2016). Carolina antes de ingressar na escola demonstrava o interesse de aprender a ler: “Tinha uma **negrinha**, Isolina, que sabia ler. Era solicitada para ler as receitas. Eu tinha uma inveja da Lina! E pensava: ‘Ah! Eu também vou aprender ler se Deus quiser! Se ela é **preta** e aprendeu, porque é que não hei de aprender?’.” (p. 46)

Acerca do racismo nas instituições escolares, Carolina expõe alguns fatos: “No ano de 1925, as escolas admitiam alunas **negras**. Mas quando as alunas **negras** voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola

porque os **brancos** falavam que os **negros** eram fedidos” (p. 42). Tal discriminação não partia apenas dos alunos, as professoras também demonstravam alguma rejeição aos estudantes negros:

As professoras aceitavam os alunos **pretos** por imposição. Mas se o **negro** não passava de ano, as mães iam procurar as professoras e diziam: - A senhora não deixou meu filho entrar no segundo ano porque ele é **negro**, mas ele já sabe ler e escrever o a-b-c.” (p. 42-3)

Carolina, enfatizou que o analfabetismo era algo partilhado pela população negra: “eu notava que os **pretos** não sabiam ler. Nunca vi um livro nas mãos de um **negro**. (p. 123). A escrita de Carolina perpassa por algumas tensões, pois ao mesmo tempo que ela afirma que “a maioria dos **negros** era analfabeta. Já haviam perdido a fé nos predominadores e em si próprios.” (p. 30), em certa altura ela pontua que “o povo era revoltado porque o seu sonho era aprender a ler, para ler o livro de Castro Alves” (p. 62). Ou seja, ao mesmo tempo que considera que os negros não tinham mais autoestima, noutro ressalta o quanto eles eram entusiasmados e esperançosos com a educação.

O avô materno de Carolina era uma referência importante para ela. Conhecido como Sócrates Africano por causa de sua sabedoria, esse homem que foi escravizado não teve oportunidade de estudar. Todavia, era venerado por ela, pois apresentava um fascínio pelo conhecimento e se importava com seus pares: “O vovô nos contava que os **pretos** que moravam nas cidades grandes já sabiam ler e tinham até dinheiro nos bancos. Ele não sabia ler, mas procurava saber se os **negros** já estavam subindo na esfera social.” (p. 83).

Carolina literalmente sentiu na pele o incomodo com o racismo no âmbito escolar, logo que começou a frequentar a escola; enfrentou os xingamentos e narra a postura da professora ao incitar uma certa competição entre os alunos negros e brancos:

Passei a ser uma das primeiras da classe. A aula era mista. A minha professora dizia no fim da aula: - Eu quero falar com os meus alunos **pretos**, é assunto muito importante. Os **brancos** saíam, e nós ficávamos. Ela dizia: - Estou notando que os meus alunos **brancos** são mais estudiosos do que os meus alunos **pretos**. Os **brancos** não erram quando escrevem. Lavam as mãos quando vão pegar os livros. Os desenhos então, que primor! Eles capricham e ganham cem todos os dias. [...] Quando saíamos da escola, estávamos furiosos e pensando: os **brancos**... não hão de saber mais do que nós! Passados uns dias, ela pedia aos alunos **brancos** para ficarem na aula. Dizia-lhes que os alunos **pretos** eram os mais esforçados, os mais estudiosos, os mais capacitados nos deveres escolares. – Eles vão passar de ano e vocês brancos vão repetir. Vai ficar ridículo para vocês, porque todos pensam que o **branco** é mais inteligente do que o **preto**. Estou encantada com o progresso dos meus alunos **pretos**. [...] Os alunos **brancos** saíam da

aula revoltados. Cada um ia comentando: Imagine só, o **negro** querer ser maior do que eu. Maiores tem que ser eu, que sou **branco**. Esses **negros** vão me pagar. Agindo assim, ela não tinha problemas com as lições de casa. (p. 129-30)

Isso pode ser explicado pelo “emaranhado de sutilezas”, que era como Beatriz Nascimento definia o racismo neste país. “Tratado como velado ou mesmo inexistente, o racismo no Brasil se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos” (RATTS, 2006, p. 47). Dessa forma, embora a própria autora não rotulasse tais situações como práticas racistas, todo o seu texto demonstra episódios como esse, em que a professora é a protagonista de uma dissimulada segregação entre negros e brancos.

4.2.2 Trabalho na terra

Decerto a pobreza, o trabalho e a relação com terra estão entre os temas basilares para se pensar o lugar em que se encontravam negras e negros no texto de Carolina. Para ela, essa população precisava se ocupar e uma das maneiras mais adequadas era trabalhar no campo, visto que era uma guarida para fugir da fome, já que na cidade era muito caro se manter.

Tal proposição partia das suas boas lembranças no campo, quando migrou com sua mãe em busca de oportunidades. Nas fazendas, ela e a família tinham trabalho e conseguiam plantar, o que era importante para assegurar a alimentação, que desse modo era mais farta e acessível. Contudo, as recordações não eram somente agradáveis; sua perspicácia lhe permitiu perceber as diferenças no modo como os negros eram tratados enquanto trabalhadores rurais.

Seus relatos apresentam situações que estão relacionadas com a política que ocorreu no Brasil favorecendo a imigração de europeus para trabalharem no campo e também promover o embranquecimento no país. Sobre isso foi tratado no capítulo anterior, no que se refere às legislações que visavam impedir os negros de aquisição de terras e também de terem trabalho remunerado, pois essa mão-de-obra tão expropriada na escravidão estava sendo substituída por homens brancos e estrangeiros.

Foi expulsa de uma fazenda com a família pois o fazendeiro afirmava que eles não estavam dando lucro. Mesmo eles tendo trabalhado arduamente não tinham reconhecimento, já os imigrantes brancos eram mais valorizados pelo trabalho:

Só os italianos tiveram permissão para plantar no meio do cafezal, e vendiam o excesso de suas produções. E o fazendeiro pagava-os para cuidar dos cafezais. O **negro** foi desinteressando-se da vida de colono, fugia das fazendas levando apenas uma trouxa de roupas. Os seus pertences ficavam na fazenda. Voltava a cidade. Ia trabalhar em qualquer coisa e morava nos porões italianos, ou nos barracões. (p. 53)

Enquanto os brancos ganhavam vantagens, os negros eram submetidos a trabalho análogo à escravidão pois muitos fazendeiros os vendiam alimentos e cobravam preços altos: praticamente todo o trabalho dos colonos era para pagar as dívidas de alimentação com o patrão. Diante do peso do trabalho no campo os europeus também não se adaptaram e foram abandonando as fazendas “e nesse momento os negros eram requisitados: eles prometiam aos **negros**: voltem para a lavoura que nós vamos trata-los bem. Aceitamos as suas reivindicações.” (p. 30). No entanto, essas promessas não foram cumpridas:

Os italianos e os sírios que haviam chegado ao Brasil abandonaram as lavouras e foram estabelecer-se no comércio. [...] Não havia braços para as lavouras. Começaram a implorar ao **negro** para ser colono. O **negro** foi, mas o fazendeiro não consentia que plantasse arroz nas cabeceiras dos cafezais.” (p. 53)

De tanto serem enganadas pelos fazendeiros brasileiros, as pessoas negras preferiram trabalhar para os italianos: “Que alívio para os **negros**! Trabalhando para os italianos, eles ganhariam um mil-réis por dia. No fim de semana, que dinheirão! Seis mil-réis, e os **negros** compravam sapatos e até o famoso terno de casimira”. Além de serem remunerados ainda eram tratados com respeito e a relação entre eles era amistosa: “Para os italianos não faltavam camaradas, porque eles eram educados e carinhosos com os **negros**.” (p. 44)

Suas reflexões sobre a colonização e as suas consequências indicavam que para ela a pobreza dos negros era fruto da exploração do trabalho. Apesar de não ter vivenciado a escravidão, Carolina aliava as histórias que ouvia com a sua realidade. Nisso, o racismo e a discriminação são revelados em sua fala:

Eu ouvia apenas os rumores que os portugueses haviam lutado desesperadamente para ser os donos dessas terras. Mas eu não via portugueses na lavoura. Deram valor ao Brasil só enquanto o **braço africano** trabalhava gratuitamente para enriquecê-los. Quando eles foram obrigados a pagar os serviços prestados pelos **negros** desinteressaram-se do Brasil. Eles não iam para a lavoura. E eles xingavam os **negros**: - **Negros** preguiçosos, se ainda existisse a escravidão com os braços para trabalhar gratuitamente, o Brasil seria uma colônia lusa. (p.53-4)

Sem formação escolar nem trabalho assalariado, os negros lidavam cotidianamente com a pobreza e, tanto na cidade quanto no campo, a vida era penosa. Isso os forçava a migrar para os grandes centros urbanos do país como São Paulo e encontrar novos desafios em moradias improvisadas: “é por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e fazendeiros” (p. 141). Tal situação ocorreu com ela, que mais tarde foi morar na favela do Canindé.

Essa colocação é pertinente no que tange à maneira como Carolina percebia as distâncias econômicas entre grupos e também a causa disso, pois a pobreza era gerada também por uma elite latifundiária preconceituosa e conservadora que não estava preocupada em oportunizar e promover uma vida digna para as pessoas negras.

4.2.3 Violência policial

A população negra ainda hoje enfrenta os abusos policiais, os quais podem ser considerados efeitos do racismo institucional. Carolina presenciou e também foi uma vítima; ao ser detida injustamente em duas circunstâncias diferentes ela passou por diversas humilhações por se tratar de uma mulher, negra e pobre.

Sobre a relação conflituosa entre os policiais e os negros, em várias passagens de sua obra esse desarranjo era enfatizado, reiterando o quanto isso a incomodava, pois percebia que com os brancos tais situações não eram comuns: “Eu pensava: Só as **pretas** que vão presas.” (p. 31); “Mas os **brancos** não iam presos.” (p. 46); “Quando havia um conflito, quem ia preso era o **negro**. E muitas vezes o **negro** estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os **brancos**, então prendiam os **pretos**. Ter uma pele **branca** era um escudo, um salvo –conduto”. (p. 55)

Nas considerações de Carolina, as pessoas negras não tinham alcançado a liberdade com o fim da escravidão; efetivamente viviam a todo momento amedrontados com os vários desmandos da Polícia. Lembra inclusive uma fala de sua bisavó que afirmava que no passado a situação era pior: “Os **brancos** de agora já estão ficando melhor para os **pretos**. Agora, eles atiram para amedrontá-los, antigamente atiravam para matá-los” (p. 59). E nisso ela se perguntava: “Então o mundo já foi pior para os **negros**? Então o mundo é **negro** para o **negro**, e **branco** para o **branco**!”. (p. 59). Observa-se que a metáfora de Carolina aponta que os

brancos tinham diversas regalias dentro da sociedade, até mesmo se fossem criminosos, o mundo então se mostrava cruel pros negros e apazível para os brancos.

Os policiais faziam questão de despertar terror entre as pessoas negras, e isso assustava a todos. As mulheres negras ficavam apreensivas por causa de filhos e maridos. Carolina presenciou um crime ainda criança no qual um policial estava envolvido: ele havia atirado em um homem negro que, por ser morador da zona rural e não saber como proceder diante de uma abordagem da polícia, saiu correndo e então o policial atirou. Se vangloriou por sua pontaria, inclusive. Esse fato, deixou Carolina estarecida e sua fala enfatiza a questão racial embutida neste episódio:

O soldado que matou o nortista era **branco**. O delegado era **branco**. E eu fiquei com medo dos **brancos** e olhei a minha pele **preta**. Por que será que o **branco** pode matar o **preto**? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. (p. 116)

Não está superada em nossa sociedade a conduta de visualizar o negro sempre como suspeito. Temos visto cada vez mais ser intensificado o encarceramento e genocídio de jovens negros no Brasil, que é uma pauta antiga discutida pelo movimento negro. Esse problema do estigma do negro era algo percebido por Carolina, “quando ocorria um crime ou um roubo, os **pretos** eram os suspeitos. Os policiais prendiam. Quantas vezes eu ouvia os maiores dizendo: - **Negros** ladrões, **negros** ordinários.” (p. 94). Para ela, os policiais que eram na sua maioria analfabetos, não estavam inteirados do conteúdo das leis, que achavam que a sua função era prender e o faziam a partir de critérios escusos e racistas.

Acusações falsas foram motivos para que Carolina tivesse contato direto com a violência policial: na primeira, fora interpelada por roubo, e a segunda e mais grave, a qual ela e a sua mãe foram vítimas de violência física e psicológica. Sobre um dos momentos de tensão na delegacia ela descreveu:

Fui presa por dois soldados e um sargento. [...] Compreendi que todos os **pretos** deveriam esperar por isso. Quando o soldado ia me bater, o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão. A família não consentiu dizendo que o **negro** tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. O padre disse que ia rezar, pedir a Deus que me ajudasse na vida. (p. 146)

Podemos verificar nesse enunciado que, mesmo tendo sido comprovada a sua inocência, por ser negra, Carolina não recebeu nenhuma retratação daqueles que a acusaram; a reação daquela família demonstrou que, para eles, aquela mulher negra era destituída de humanidade e por isso não era digna de um pedido de desculpas.

Tal fato escancara a realidade de que sendo culpados ou não por algum delito, os negros na narrativa de Carolina estavam sempre subordinados à dominação de um grupo branco, atroz e preconceituoso.

4.2.4 Relações inter-raciais

Esse é, talvez, o tópico mais emblemático que aparece em Diário de Bitita, pois Carolina de certa forma desmascara a ideia de democracia racial. As suas falas perpassam diretamente por situações explícitas de embranquecimento que destoam daquele argumento, por meio de matrimônios inter-raciais ou da proibição destes, e de abuso sexual.

A miscigenação que ocorreu no Brasil em grande medida é resultado de estupros de mulheres negras e indígenas, as quais geraram crianças dos seus algozes e foram silenciadas para não colocar em risco a harmonia da família tradicional brasileira. No entanto, com o fim da escravidão atos desse tipo não cessaram. Em seu livro Carolina conta que trabalhadores domésticos não podiam ter voz, estavam submetidos aos patrões de tal modo que eram obrigados a aceitar tudo para não ficarem desempregados:

Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. [...] No fim de nove meses, a **negrinha** era mãe de um **mulato**, ou **pardo**. [...] Mas a mãe, **negra**, inciente e sem cultura, não podia revelar que seu filho era neto do doutor X, ou Y. Porque a mãe ia perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho. Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar. O pai **negro** era afônico; se pretendia reclamar o patrão impunha: - Cale a boca, **negro** vadio! Vagabundo!" (p. 38)

Essa trágica história se equipara ao modo como foram contados os relatos da escravidão, romantizados no clássico Casa Grande & Senzala publicado em 1933 do então sociólogo Gilberto Freyre, que fundamentou a democracia racial e serviu internacionalmente como propaganda de que, apesar de séculos de escravidão, não havia preconceito racial no Brasil.

O fato de brancos e negros se relacionarem sexual ou afetivamente não quer dizer que os conflitos raciais não existam, eles podem coexistir em relações desse tipo (FANON, 2008), eis aqui um emaranhado de sutilezas. As narrativas apresentadas por Carolina confirmam que, embora fossem frequentes, as relações inter-raciais eram vistas como um tabu pelo crivo racista:

A Jerônima era **loira**, os olhos azuis, os cabelos claros. O Jovino era **mulato**. [...] Um rosto de homem sério, que ia saber respeitar aquele compromisso. O casamento foi feito em casa. Porque a noiva era **branca**, e tinha vergonha de atravessar as ruas para ir ao cartório casar-se com um **mulato**. Esses boatos circulavam, mas não chegaram aos ouvidos do Jovino. [...] O escrivão era o senhor José Neto, que dizia: - Você teve sorte! Casou-se com uma jovem **branca** e bonita. [...] Quatro anos depois a Jerônima fugiu com um homem branco. Porque tinha nojo de ter uma sogra preta. Ela não teve filhos! Não quis, o Jovino ficou sozinho. (p. 80-1)

É notório que o pensamento racista partia inclusive da própria noiva, que não teve filhos com aquele moço e o trocou por um homem branco. Essa mulher que tinha repulsa por pessoas negras ao se relacionar com um mulato que, nas palavras de Carolina está no meio termo, não deixou de se incomodar com a mera diferença fenotípica, pois também não admitia ter uma sogra negra.

Em outra menção da autora, a desaprovação de uma união entre um mulato e uma branca também ocorreu com um familiar: seu tio havia casado com uma mulher e a união era reprovada pela sociedade,

Ele era amasiado com a minha madrinha de batismo. Ela era **branca**... E o povo murmurava: - Onde é que já se viu **preto** com **branca**. Os homens brancos xingavam: - É açúcar com café. É café com leite. É mosquito no leite. Eu não aprovo essa união. Cré com cré, lé com lé. As mulheres **pretas**, quando viam o meu tio passeando de braço dado com a minha madrinha, diziam: - Olha o mosquito no leite! Olha o mosquito no leite. O meu tio dizia que os homens ignorantes é que eram **racistas**. (p. 85)

A reação das mulheres negras nesse trecho tem a ver com a reação delas ao modo como essas mulheres historicamente foram preteridas, tanto por homens brancos quanto por negros. Por conta disso, atualmente, a solidão da mulher negra é um tema que tem sido muito debatido pelo feminismo negro e há produções de intelectuais negras como Claudete Alves da Silva Souza⁶ e de Ana Cláudia Lemos Pacheco⁷, as quais dão conta desse problema enfrentado pelas mulheres negras no Brasil, tendo sido derivado da prática racista que permeia nossas relações.

Não era apenas o casamento com mulheres brancas que empolgava os homens negros, o simples fato de *dançar* com uma delas já lhes concedia um certo prestígio: “Quando os italianos faziam bailes aos sábados, deixavam suas filhas dançarem com os **negros**, que ficavam envaidecidos. (p. 44). De acordo com Carolina

⁶ A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo (2008)

⁷ “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (2008)

esses homens no dia seguinte até trabalhavam dobrado de tão motivados que ficavam por ter dançado com uma branca. Além disso, ao terem relação sexual com mulheres brancas, visualizavam esse acontecimento como um avanço. Também quando davam dinheiro às mulheres em troca de sexo, brancas eram as mais valorizadas:

[...] Trabalhavam comentando: - Eu dormi com uma mulher **branca**. O outro dizia: - Eu dormi com uma **pretinha**, e dei cinco mil-réis para ela. – Eu dei dez para a **branca**. – Que tal é a mulher **branca**? – Que tal é a mulher **negra**? E cada um dava a sua opinião. – Eu sempre falei que não haveria de morrer sem conhecer uma mulher **branca**. – Você vê como é que o mundo já está melhorando, nós os **negros** já podemos dormir com as mulheres **brancas**. É a igualdade que já está chegando. (p. 49)

Em outro episódio a cena de uma mulher negra sendo menosprezada se repete: “- Casei com uma **negra** só pra sair da tutela” (p. 72). Infelizmente isso ocorreu com a própria mãe de Carolina quando se casou com um mulato. Ele não a tratava bem e ela arcava sozinha com todas as responsabilidades da casa e filhos. Logo depois ele a abandonou “e foi morar com uma mulher **branca**. Uma velha com cinquenta e dois anos, que poderia ser sua avó. Mas era **branca**. E ele dizia que mulher **branca** não tem idade. – É sempre jovem.” (p. 72).

Entre tantos casos citados por Carolina, o de sua prima branca que foi impedida pela mãe de casar-se com um homem negro é um dos mais tocantes. A “tia mulata” de Carolina teve uma filha branca da qual se orgulhava muito, a moça se apaixonou por um homem negro. No entanto, sua mãe racista a obrigou a casar-se com um branco e justificava que isso era um modo de purificar a raça. Sobre isso Carolina refletia: “E o que ela não sabia que o **negro** é uma raça pura na sua origem. E o **branco** também.” (p. 74):

Eu pensava: “O **negro** não deve produzir o **mulato** porque se volta contra ele. Aquele que recebe as cutiladas é que pode avaliar a dor. E é o **negro** que está apto para revelar as filáucias e as jactâncias dos **mulatos**. Os **negros** não perseguem o **mulato** porque é **mulato**, nem o **branco** porque é **branco**. Então o **negro** é o superior.” (p. 75)

Com base neste fragmento podemos perceber algumas contradições na escrita de Carolina, pois ao mesmo tempo em que reafirmava o racismo que partia dos brancos, que considerava que todos deveriam ser tratados iguais, por outro lado reproduzia o pensamento racista em que considerava diferente biologicamente os grupos humanos e, portanto, isso torna uns superiores aos outros e a miscigenação seria algo negativo.

Consideramos que essas tensões contribuem para pensarmos os limites da escritora sobre a questão racial, que estão também relacionados com o período que

ela viveu. Sobre o quanto o racismo é perverso no Brasil, no que tange a seu modo peculiar onde vigora o preconceito de marca. Logo, esse tipo de preconceito se dá pela cor da pele somada aos traços físicos; assim, quanto mais retinto for, mais preconceito sofrerá, as pessoas são lidas como brancas por sua tez, mesmo tendo sua ascendência negra. Ocorre de modo diferente nos Estados Unidos, onde o preconceito é de origem, ou seja, se sua ascendência é negra mesmo nascendo com a pele branca, a pessoa é considerada negra (NOGUEIRA, 2006).

Carolina estava imersa numa sociedade racista ainda sobre a égide da ideia da democracia racial sendo defendida por todos; hoje esse paradigma é encarado como mito e tem sido fortemente denunciado, sem mencionar as conquistas do povo negro através dos movimentos sociais organizados no que pese uma realidade onde existem as ações afirmativas, uma lei que criminaliza o racismo e um *locus* no qual pessoas negras têm reconstruído e reafirmado a sua identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da problemática do racismo no Brasil e seus desdobramentos nefastos na vida de pessoas negras, o legado de Carolina Maria de Jesus se mostra fundamental enquanto crítica social, literatura e arte: a escritora que desbancou todas as dificuldades de gênero, raça e classe e se impôs no *locus* da letradura enquanto narrava a sua própria existência.

Carolina transmite uma voz que nem mesmo a subsequente invisibilidade conseguiu silenciar. A sua fala ecoa cada dia mais forte e tem reverberado em muitos espaços, sejam na academia (que outrora a renegou) seja os de militância, onde mulheres negras têm acolhido suas obras como escudo e instrumento de força, resistência e empoderamento. A sua herança tem sido revisitada também pelo feminismo negro, o qual está na linha de frente na luta por espaço e reconhecimento para essas mulheres que historicamente foram compelidas à servidão, aos abusos e à solidão.

As autobiografias de Carolina não dizem respeito meramente a sua vida; elas trazem muitas vozes que ficaram abafadas na formação da sociedade brasileira. É nesse sentido que o livro *Diário de Bitita* pode ser considerado um texto literário de denúncia do racismo, que ainda se faz presente no cotidiano brasileiro e trabalha para desumanizar pessoas pela condenação da diferença. O país, que carrega uma identidade nacional pautada na pluralidade, é o mesmo que discrimina, exclui e elimina essa mesma diversidade, enquanto exhibe na mídia e nos espaços de poder um único padrão, hegemonicamente branco e masculino.

Desse modo, ao apresentar suas memórias do passado em Sacramento, Carolina pode parecer despretensiosa quanto à temática racial. Entretanto, um exame mais minucioso da obra permitiu desvelar seu desassossego com a condição desigual existente entre brancos e negros. Entre suas ponderações destaca-se a relação de nexos causal estabelecida entre o processo de escravidão e o desfavorecimento deliberado para com os negros no que tange ao trabalho, à educação, à justiça e às relações afetivas. Especialmente no quesito educação, discorrer sobre esta temática à luz das memórias de Carolina se faz preponderante para refletirmos o papel desta para superar desigualdades.

Dentro das suas próprias limitações, o presente estudo buscou realocar as contribuições de Carolina tão presentes na área literária para as Ciências Sociais,

fazendo isso de modo a não perder de vista as contradições e os limites da própria escritora. Se faz necessário o rompimento com a história única de Carolina que a coloca como exótica e marginal ao passo que a desumaniza. Ela literalmente foi além do quarto de despejo e da casa de alvenaria, em que sua potência não pode ser reduzida a uma imagem forjada por aqueles que não foram capazes de integrá-la no corpo social e intelectual.

Em suma, longe de querer esgotar o assunto, há muito que investigar sobre o racismo em Carolina, especialmente utilizando-se dos manuscritos originais que dão conta da sua amplitude e do seu processo criativo. Portanto, as portas estão abertas para novos estudos que possam propagar a escritora e poetisa mineira que, vivendo às margens da vida, mostrou que ainda que em cadernos encardidos é possível escrever e protagonizar a própria história.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Uelinton F. Introdução. In: JESUS, Carolina M. de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP, 2014. p. 7-11.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa [Portugal]: Edições 70, 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. *Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. *Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. *Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716compilado.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CUTI (Luiz Silva). Moreninho, neguinho, pretinho. In: SANTOS, Gislene A. dos (Org.). *Negros e brancos na escola*. São Paulo: Ministério da Educação, 2007. (Coleção Percepções da Diferença, v. 3). p. 11-46.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 26, jul./dez. 2005, p. 13-71.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Eduardo de A. Literatura Afro-brasileira: um conceito em construção. In: CONGRÉS DE L'INSTITUT INTERNACIONAL DE LITTÉRATURE ÍBERO-AMERICAINA, 35., 2004. *Fronteras de la Literatura y de la Crítica*. Poitiers: ILLI, 2004. Palestra. p 264-5.

_____. Rubem Fonseca e Conceição Evaristo: olhares distintos sobre a violência. In: DUARTE, Constância L. et al (Orgs). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2016. p. 209-19.

EVARISTO, Conceição. Carolina na hora da estrela. In: _____. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 93-4.

_____. Literatura negra: nossas letras e vozes. In: FESTIVAL LATINIDADES: ARTE E CULTURA NEGRA, MEMÓRIA AFRODESCENDENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA NEGRA. 6., 2014. *Anais...* Brasília: Griô Produções. Palestra.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. 1996. 141 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDEZ, Raffaella A. Entrevista com Clélia Pisa. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 297-304, dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/8821>>. Acesso em: 27 out. 2017.

GUERRA, Elaine L. de A. *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2014. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-17, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017

JESUS, Carolina M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. de. *Diário de Bitita*. São Paulo: SESI-SP, 2014.

MARQUES, João F. O estilhaçar do espelho: da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. *Ethnologia*, n. 3-4, p. 39-57, maio/out. 1995. (Nova série: racismo e xenofobia, organizado por A. G. Mesquitela Lima).

MEIHY, José C. S. B. Anos ou danos dourados? modernização, escrita feminina, diários mineiros – Carolina Maria de Jesus e Maura Lopes Cançado. In: ARRUDA, Aline A. *et al. Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. Cap. 1, p. 11-42.

_____. Ditos e interditos: ensaio de despedida de Carolina Maria de Jesus. In: BARCELLOS, Sergio da S. (Org.). *Vida por escrito*. Sacramento, MG: Bertolucci, 2015. Cap. 6, p. 253-70.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Palestra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005. Cap. 8, p. 465-534.

PEREIRA, Elizabeth B. Cronologia biográfica. In: BARCELLOS, Sergio da S. (Org.). *Vida por escrito*. Sacramento, MG: Bertolucci, 2015. Cap. 1, p. 24-30.

PEREIRA, Olga M. L. A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n.1, p. 1-10, 2012.

SANTOS, Joel R. dos. *O que é racismo?*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros passos, v. 8).

SCHUCMAN, Lia V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 160 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Assunção de M. S.. “E assim tudo se deu”: as histórias de leves enganos e parecenças. In: DUARTE, Constância L. *et al* (Orgs.). *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2016. p. 295-306.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. Unidade 2, p. 31-42.

TOLEDO, Rilza R. Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus: resgate da memória e construção da identidade. In: ARRUDA, Aline A. *et al*. *Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. Cap. 11, p. 157-73.